

RELATÓRIO DE ESTUDO DIAGNÓSTICO SOBRE UNIÕES PREMATURAS NA PROVÍNCIA DO NIASSA

2025

PROMOTOR:

PARCEIROS

FINANCIADOR

FICHA TÉCNICA

Título: Crescer Sem Pressa – Relatório de Estudo Diagnóstico sobre Uniões Prematuras na Província do Niassa

Redação: Alice Castigo Binda Freia, Almeida Meque Gomundanhe, Damasco Rocha Mateus Chalenga, Abdul Remane Sulemane Chafim e Vital de Mêlo Lopes Napapacha – Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma

Colaboração/Revisão: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Fotografia: Arquivo da Fundação Fé e Cooperação

Design Gráfico e Paginação: Diogo Lencastre

Edição: FEC | Fundação Fé e Cooperação

Impressão: Genius Corporation, Lda

Tiragem: 120 exemplares

Data de edição: Outubro, 2026

Depósito Legal: DL/ BNM/ 2739 / 2026

Copyright © FEC| Fundação Fé e Cooperação

Esta publicação foi produzida no âmbito do Projeto "Crescer Sem Pressa: O Futuro das Meninas no Niassa" com o apoio financeiro do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e implementada pela FEC | Fundação Fé e Cooperação em parceria com a Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social do Niassa, ACABE| Associação dos Amigos da Criança e Boa Esperança, Universidade Rovuma e Associação Ser Mais Valia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FEC e não reflete necessariamente a posição dos financiadores.

A publicação é de distribuição gratuita. A sua venda é proibida.

AGRADECIMENTOS

Ao governo da Província do Niassa, por todo suporte que se dignou em prestar, ao longo do processo de recolha de dados, em oito distritos seleccionados para o estudo, nomeadamente: Lago, Sanga, Lichinga, Ngauma, Mandimba, Cuamba, Mecanhelas e Metarica.

Agradecimentos especiais vão particularmente para a Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social; Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social e Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, da província e dos distritos abrangidos e supracitados pela hospitalidade e apoio na facilitação dos encontros com diferentes órgãos e escolas da sua tutela.

Igualmente, vai o nosso agradecimento aos juízes e procuradores da cidade de Lichinga e dos distritos supra. Aos directores da Escola Secundária de Lichinga, Escola Secundária de Cuamba, Escola Secundária de Seli-Metangula, Escola Secundária Aberto Moçambicano de Ngauma, Escola Secundária Samora Moisés Machel de Mandimba, Escola Secundária de Mecanhelas, Escola Secundária Geral de Metarica e Escola Secundária de Sanga pela hospitalidade e mobilização dos pais e encarregados de educação na recolha de dados.

Aos pais, mães, matriarcas e líderes comunitários de Lago, Sanga, Lichinga, Ngauma, Mandimba, Cuamba, Mecanhelas e Metarica pela colaboração e contribuições valiosas.

As Organizações da Sociedade Civil e Não Governamentais que participaram no estudo como é o caso da Fundação MASC, ACABE, FOFeN e Projecto Nzimayi Patsogolo (PRNZIPA) de Mecanhelas, pela pronta colaboração na pesquisa.

Ao CAMÕES – Instituto da Cooperação e da Língua, pelo cofinanciamento deste estudo, à Universidade Rovuma pela abertura do espaço de pesquisa e pela gestão administrativa e à FEC pela parceria e suporte em todo percurso de pesquisa.

Aos assistentes de pesquisa, Agostinho Rosário Teimoso, Mustafa Ussene Mussagi, Dinis Álvaro Dinis, Manuel Luís, Cassimo Bento, David Hilario, Jamissone José, Lucinda José Jaime Ribeiro, Mariamo Jorge Tito João, Eulalia Jacinta André, Eufrásia Alfredo Paissone, Cosme Diamante Mateus Chalenga, Ali Muhamade, pela cobertura na recolha de dados: o nosso muito obrigado.

ÍNDICE GERAL

Sumário executivo **9**

1. INTRODUÇÃO **11**

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO **15**

2.1. Abordagem e validação dos instrumentos de pesquisa **15**

2.1.1. Validação de conteúdo 16

2.1.2. Validação de clareza de linguagem 16

2.2. Participantes do estudo **18**

2.3. Formas de tratamento de dados **19**

2.4. Aspectos éticos de pesquisa **19**

3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS **21**

3.1. Apresentação geral dos entrevistados **21**

3.2. Compreensão/percepção sobre as uniões prematuras **22**

3.2.1. Faixa etária em que mais se verificam as uniões prematuras 22

3.2.2. Tipo de uniões prematuras mais frequente nesta região 22

3.2.3. Uniões prematuras nos distritos: sinónimo de problema? 23

3.2.4. Influência das uniões prematuras no empoderamento das raparigas e mulheres 24

3.2.5. Causas de uniões prematuras 25

3.2.6. Estratégias de mitigação das uniões prematuras 27

3.4. As uniões prematuras e a questão sociocultural e religiosa **28**

3.4.1. Grupos etno-linguísticos presentes nos distritos em estudo 28

3.4.2. Influência dos grupos étnicos nas uniões prematuras 28

3.4.3. Influência dos Ritos de iniciação nas uniões prematuras 29

3.4.4. Confissões religiosas presentes no distrito 32

3.4.5. Influência das confissões religiosas nas uniões prematuras 32

3.4.6. Papel do Governo 33

3.4.7. Instituições de Justiça (Procuradorias distritais, Gabinetes de Atendimento às Famílias e Menores Vítima de Violência) 34

3.5. Prevenção e combate as Uniões Prematuras **36**
3.5.1. Estratégias adoptadas pela escola para desencorajar as práticas de uniões prematuras . . . 36
3.5.2. Ponto de situação das uniões prematuras na voz das instituições de Justiça 37
3.5.3. Acções das Matriarcas para o combate das uniões prematuras 41
3.5.4. Papel das OSC para o combate das uniões prematuras 41
3.5.5. Intervenção da comunidade (Pais e Mães) no combate das uniões prematuras 44

Conclusão **47**

Recomendações **49**

Referências Bibliográficas **50**

Apêndices **51**

QUADROS

Quadro 1: Participantes do estudo **18**
Quadro 2: Tipos de uniões prematuras **23**
Quadro 3: Principais grupos étnicos **28**
Quadro 4: Respostas dos Governos distritais sobre Influência dos Ritos de iniciação nas uniões prematuras **29**
Quadro 5: Respostas das Organizações da Sociedade Civil sobre confissões religiosas presentes nos distritos. **32**
Quadro 6: Estratégias usadas pelas escolas para desencorajamento das uniões prematuras **36**

GRÁFICOS

Gráfico 1: Incidência da Pobreza (medida P0) usando a metodologia PLEASe (%) **12**
Gráfico 2: Índice de Validação de conteúdo **16**
Gráfico 3: Índice de validação da clareza da linguagem por instrumento **17**
Gráfico 4: Segregação dos participantes entrevistados **22**
Gráfico 5: Principais causas das uniões prematuras segundo os entrevistados **25**
Gráfico 6: Influência dos ritos de iniciação nas uniões prematuras **31**
Gráfico 7: Casos registados por ano, por distrito **38**
Gráfico 8: Memorandos assinados entre as OSC e outras instituições **44**

APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário para o Governo do distrito **52**
Apêndice 2: Questionário para Procuradores/Juízes/Gabinete de atendimento as famílias e menores vítima de violência **53**
Apêndice 3: Questionário para Líderes comunitários **54**
Apêndice 4: Questionário para matriarcas responsáveis pelos ritos de iniciação **55**
Apêndice 5: Questionário para Organizações da Sociedade Civil **56**
Apêndice 6: Questionário para Comunidade(pais/mães) **57**
Apêndice 7: Questionário para as Escolas **58**

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACABE	Associação Amigos da Criança Boa Esperança
DPGCAS	Direção Provincial de Género, Criança e Ação Social
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
FEC	Fundação Fé e Cooperação
FOFeN	Fórum das Organizações Femininas de Niassa
GAFMVV	Gabinete de Atendimento à Família e Mulheres Vítimas de Violência da PRM | Polícia da República de Moçambique
INDE	Instituto Nacional De Estatística
IOF	Inquérito sobre o Orçamento Familiar
ISDRB	Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSC_C	Organização da Sociedade Civil Cuamba
OSC_Lic	Organização da Sociedade Civil Lichinga
OSC_Mec	Organização da Sociedade Civil Mecanhelas
OSC_Me	Organização da Sociedade Civil Metangula
OSC_Ng	Organização da Sociedade Civil Ngauma
OSC_Sang	Organização da Sociedade Civil Sanga
REGE	Repartição de Ensino Geral
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Ação Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPs	Uniões Prematuras



SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta o relatório diagnóstico sobre a situação actual das uniões prematuras (UPs) na Província do Niassa, realizado no âmbito do projecto **Crescer Sem Pressa: O Futuro das Meninas no Niassa (2024-2027)**, co-financiado pelo Camões (Instituto da Cooperação e da Língua - Portugal). Este é um projecto implementado pela Fundação Fé e Cooperação (FEC) tendo como um dos parceiros locais o Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma, que tem como uma das suas atribuições, a elaboração do diagnóstico sobre a situação das uniões prematuras de acordo com a realidade social, cultural e económica do Niassa.

O estudo procura compreender os significados que as matriarcas responsáveis pelos ritos de iniciação, Governos distritais (Administradores e Secretários permanentes), Juízes, Procuradores, Organizações da Sociedade Civil, Líderes comunitários (Régulos e Secretários de bairro), Comunidade (pais, mães e/ou encarregados de educação), Escolas (Directores/Responsável da REGI), Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social, Gabinete de atendimento as famílias e mulheres vítima de violência, atribuem as uniões prematuras. Os instrumentos utilizados na recolha de dados foram guiões de entrevistas semiestruturadas, aplicados a 117 participantes, o que possibilitou a captação de ideias, nuances culturais, divergências de percepções entre diferentes grupos sociais e compreender os contextos locais de forma aprofundada nos distritos do Lago, Sanga, Lichinga, Mandimba, Cuamba, Mecanhelas, Metarica e Ngaúma.

O diagnóstico permitiu concluir que as uniões prematuras na Província de Niassa ainda existem e que as mesmas incidem sobre as raparigas da faixa etária situada entre os 14 e 17 anos, havendo casos de ocorrência a partir dos 10 anos de idade. Esta prática é motivada, de acordo com os entrevistados, por factores económicos (pobreza), analfabetismo, factores socioculturais (ritos de iniciação) e pouca informação, sobretudo sobre a lei que estabelece o regime jurídico aplicável à proibição, prevenção, mitigação das uniões prematuras e penalização dos seus autores cúmplices, bem como protecção das crianças que se encontrem ou se encontravam nessas uniões. Neste caso, palestras direccionadas a alunos, pais e encarregados de educação e a sociedade em geral e debates radiofónicos e televisivos são consideradas algumas das estratégias possíveis de prevenção das uniões prematuras na província.



1. INTRODUÇÃO

Moçambique é um país que se localiza no Sudeste de África e tem como limites: a norte, a Tanzânia; a noroeste, o Malawi e a Zâmbia; a oeste, o Zimbabwe, a África do Sul e Eswatini; a sul, a África do Sul; e é banhado a leste por uma secção do Oceano Índico. Ocupa uma área de 799.380 km2, com uma população, maioritariamente jovem, de cerca de 33 milhões de habitantes. De acordo com o censo populacional de 2017, 70% da população de Moçambique vive em áreas rurais e aproximadamente 47% da população tem idade inferior a 15 anos. O país é estruturado em 11 províncias, com mais de 28 línguas faladas, sendo o Português a língua oficial originária do processo de colonização portuguesa, cuja independência se deu a 25 de Junho de 1975 (Chalenga et al., 2024). Entre estas províncias de Moçambique encontra-se o Niassa, que constitui objecto deste estudo. Esta província localiza-se na região Norte de Moçambique e distingue-se pelo seu vasto território composto por 16 distritos (Lichinga, Sanga, Lago, Chimbunila, Majune, Marrupa, Ngauma, Mandimba, Cuamba, Mecanhelas, Metarica, Maúa, Nipepe, Mavago, Muembe e Mecula), com baixa densidade populacional e elevado grau de diversidade sociocultural. De acordo com os censos de 2017, Niassa ocupa a 8ª posição em termos de densidade populacional nas províncias de Moçambique. Contudo, em termos de evolução relativa da população, o mesmo censo coloca Niassa na 2ª posição com um crescimento da população de 49,2%. Niassa ocupa uma área de 129.056 km2, sendo a província mais extensa do país e apresenta uma distribuição populacional dispersa e fortemente influenciada por dinâmicas rurais.

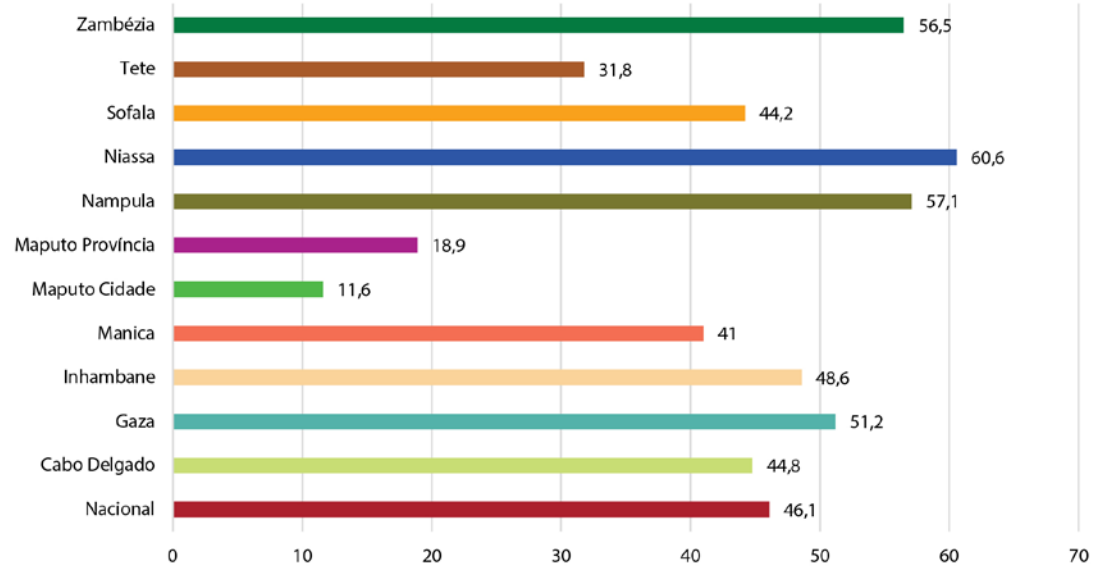
O espaço social e cultural do Niassa é moldado por interacções históricas, identidades étnicas plurais, sistemas de crença variados e práticas comunitárias que estruturam o quotidiano da população.

A demografia do Niassa evidencia uma população maioritariamente jovem, distribuída entre vilas e cidades médias e vários postos administrativos e localidades. A convivência social é marcada pela diversidade étnica, destacando-se os Yao (Ajaua/Wayao), Macua-Lomwe, Nyanja/Chewa e Ngoni. No plano linguístico, observa-se a prevalência de línguas bantu como Ciyao, Cinyanja, Cingoni e Emakhuwa, coexistindo com o Português.

A estrutura social das comunidades do Niassa baseia-se predominantemente em sistemas tradicionais de organização, influentes, tanto em zonas rurais, quanto urbanas. A autoridade tradicional, representada por régulos e chefes de povoação, detém um papel importante na mediação de conflitos e preservação dos valores culturais. A família, geralmente alargada, caracteriza-se por fortes laços de solidariedade, havendo sistemas matrilineares em algumas comunidades.

A agricultura é a base da economia do Niassa, com o tabaco, o algodão e o milho entre as culturas mais importantes. A pecuária também é praticada, fruto da vasta costa do Lago Niassa, existindo ainda potencial de crescimento nas áreas de mineração e no ecoturismo, dado os recursos naturais e as belas paisagens da província. Em termos de pobreza, o Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) (2014) revela que a província regista um nível de pobreza elevado, com uma incidência de 60,6%, a mais alta do país, como ilustra o gráfico 1.

GRÁFICO 1: INCIDÊNCIA DA POBREZA (MEDIDA P0) USANDO A METODOLOGIA PLEASE (%)



Fonte: IOF (2014) Citado Bruna & Tovele (2025)

Na Província do Niassa, especialmente entre as comunidades ***Yao (Wayao/Ajaua)***, ***Nyanja/Chewa*** e grupos próximos, os ritos de iniciação constituem práticas centrais na construção das identidades juvenis e na reprodução dos valores socioculturais. Entre estes rituais, destacam-se o ***jando***, dirigido aos rapazes, e o ***msondo***, dirigido às raparigas. Ambos simbolizam a passagem da infância para a vida adulta, integrando processos educativos, espirituais e comunitários profundamente enraizados na tradição local. Estes rituais, têm sido apontados por alguns estudiosos, como influenciadores na prevalência de uniões prematuras na província e consequente desistência da rapariga da escola. Tal como refere Binze (2022, p. 138), **"os ritos de iniciação, por si só, não interditam o retorno à sala de aula, mas ao estimularem os casamentos prematuros, aprofundam a exclusão das mulheres na escola"**.



De facto, as uniões prematuras têm sido objecto de debates e grande preocupação da sociedade moçambicana com destaque para as organizações da sociedade civil, as organizações não governamentais e o governo de Moçambique. Esta inquietude fez com que em Dezembro de 2015 fosse aprovada, pelo conselho de Ministros, a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate as Uniões prematuras em Moçambique 2016-2019. Em 2019 foi promulgada a Lei n°19/2019 de 22 de Outubro que estabelece o regime jurídico aplicável à proibição, prevenção, mitigação das uniões prematuras e penalização dos seus autores e cúmplices, bem como a protecção das crianças que se encontrem ou se encontravam nessas uniões.

A despeito de todos os esforços para melhorar a situação, as uniões prematuras ainda são uma realidade em Moçambique, de um modo geral e no Niassa, de modo particular, como atesta um sumário elaborado pela UNICEF (2025) sobre a eliminação de uniões prematuras em Moçambique. Nesse estudo, Moçambique continua a ser um dos países com as taxas mais elevadas de uniões prematuras no mundo - este fenómeno afecta principalmente raparigas, se considerarmos que 8 em cada 10 crianças em uniões prematuras são do sexo feminino. De acordo com o mesmo documento, a frequência das uniões prematuras aumenta à medida que se dirige a análise no sentido Sul – Norte. Na província de Niassa, por exemplo, 54% das raparigas casam-se antes dos 18 anos e 15% antes dos 15, enquanto que na província de Maputo, 16% das raparigas casam-se antes dos 18 anos e somente 1% antes dos 15 anos.

Esta situação revela a pertinência do projecto Crescer Sem Pressa: O Futuro das Meninas no Niassa. No âmbito do mesmo, foi produzido este relatório de estudo diagnóstico sobre as Uniões Prematuras e Situação da Rapariga nos distritos do Lago, Sanga, Lichinga, Mandimba, Cuamba, Mecanhelas, Metarica e Ngaúma, distritos assinalados a vermelho no mapa da Província de Niassa, apresentado em seguida.

MAPA 1: MAPA DA PROVÍNCIA DE NIASSA COM OS DISTRITOS ABRANGIDOS PELO DIAGNOSTICO



Este estudo está organizado em três partes, iniciando-se com esta introdução (1), seguido da metodologia (2) e tendo, por último, os resultados, a conclusão e as recomendações (3).



2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Apresentam-se, agora, os pontos relacionados com a abordagem e validação dos instrumentos de pesquisa (validação de conteúdo, validação de clareza de linguagem), participantes, formas de tratamento de dados e aspectos éticos observados durante o percurso da pesquisa.

2.1. ABORDAGEM E VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A elaboração deste relatório teve como base a abordagem qualitativa que permitiu a compreensão dos significados que os vários atores chave, atribuem às uniões prematuras e proporcionou uma visão holística do problema relacionado com este fenómeno. Para isso, foram auscultados, nos diversos distritos:

- Matriarcas responsáveis pelos ritos de iniciação;
- Governos distritais (Administrador/Secretário Permanente);
- Juízes e Procuradores;
- Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social;
- Líderes comunitários (Régulos e Secretários de bairro);
- Comunidade (pais, mães e/ou encarregados de educação);
- Escolas (Directores/Responsável da REGE);
- Gabinete de Atendimento à Família e Mulheres Vítimas de Violência da PRM | Polícia da República de Moçambique;
- Organizações da Sociedade Civil;

Foi ainda realizada auscultação junto da Direção Provincial do Género, Criança e Acção Social do Niassa.

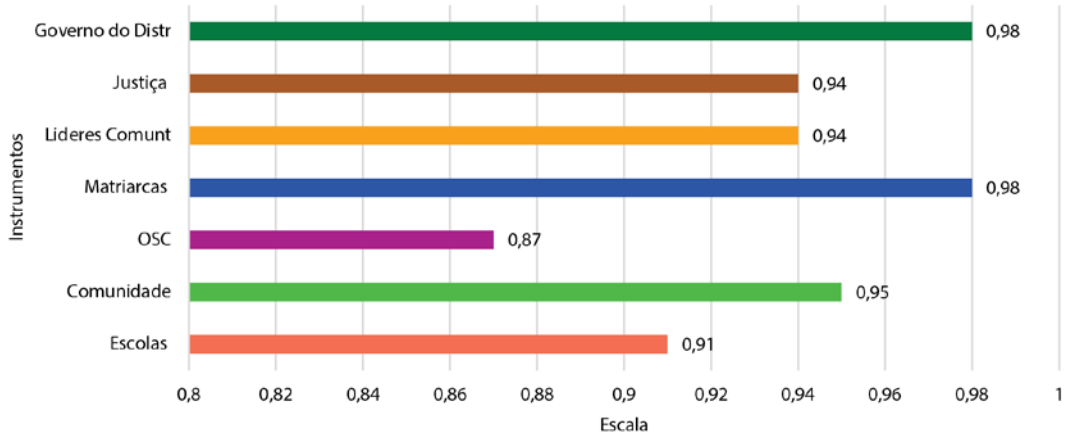
Os instrumentos de recolha de dados foram guiões de entrevistas semiestruturadas que possibilitaram captar ideias, nuances culturais, divergências de percepções entre diferentes grupos sociais e compreender os contextos locais de forma aprofundada (Ovewumi, 1997). Optou-se por um guião com perguntas abertas e fechadas, assegurando uniformidade na aplicação e facilitando a comparação das respostas dos participantes da pesquisa nos oito distritos selecionados. Tendo em conta que esses distritos possuem algumas diferenças culturais, os instrumentos foram adaptados para diferentes públicos garantindo, deste modo, a validade e fiabilidade dos dados, o que permitiu fazer análises comparativas e identificar padrões consistentes das percepções sobre a temática. Antes da sua aplicação, os instrumentos foram submetidos a uma validação de conteúdo, por meio da análise de sete especialistas em matéria de género e áreas transversais. Após a validação de conteúdo, seguiu-se a validação de clareza de linguagem nos distritos de Lago, Sanga, Mandimba e Lichinga, fora da amostra principal, o que permitiu ajustes de clareza e consistência. Além disso, a observação meticulosa de práticas culturais e sociais durante a aplicação dos instrumentos, ofereceu subsídios importantes para o desenho de estratégias de intervenção contextualizadas e eficazes.

2.1.1. Validação de conteúdo

Raymundo (2009) entende validação de conteúdo como uma avaliação de verificação, dos elementos científicos da pesquisa, avaliando se estão suficientemente integrados no instrumento, ou seja, permite analisar se este realmente esgota os diferentes aspectos do seu objecto de pesquisa e não contém elementos que podem ser atribuídos a outros objectos. Esta é considerada uma evidência essencial para assegurar a qualidade de um instrumento de pesquisa (Gonçalves & Pedro, 2023).

Para o efeito, depois da elaboração dos instrumentos, foram enviados a 9 especialistas que se destacam na pesquisa sobre género e, dos quais, foi possível ter retorno de 7. Os especialistas que fizeram a validação de conteúdo, tinham o grau académico mínimo de mestres, sendo maioritariamente Professores Doutores. A literatura recomenda o número mínimo de 6 especialistas para validar conteúdo de instrumentos de pesquisa (Santos et al., 2023), de modo que se considera que o número de especialistas que responderam é adequado. Assim, pelo número daqueles que forneceram observações e devolução no momento pontual desta pesquisa, os instrumentos foram revistos e considerados validados pelo conteúdo com os índices de validação ilustrados no gráfico 2 e obtidos por meio de uma escala de avaliação de 0 – 10 pontos.

GRÁFICO 2: ÍNDICE DE VALIDAÇÃO DE CONTEÚDO



Fonte: Resultados do relatório de validação de conteúdo (2025)

O gráfico de validação de conteúdo ilustra que os instrumentos dirigidos ao Governo do Distrito e às matriarcas tiveram maior índice de validação, correspondente a 0.98, o que significa que para os especialistas que avaliaram, estes instrumentos são os que respondem melhor ao objecto de pesquisa. Em seguida, ficou o instrumento para comunidades com um índice de validade de 0.95, depois os instrumentos dirigidos à justiça (Juízes/Policias do Gabinete de Atendimento às Famílias e Menores Vítimas de Violência) e aos líderes comunitários com um índice de 0.94. O instrumento dirigido às Escolas teve um índice de 0.91 e por último, o instrumento para as Organizações da Sociedade Civil (OSC) teve um índice de 0.87. De forma geral, os índices apresentados na tabela são considerados óptimos para a validação de instrumentos de pesquisa, numa escala de 0 – 1, onde a avaliação está muito próxima de 1.

2.1.2. Validação de clareza de linguagem

A equipa de investigação deslocou-se entre os dias 09 a 14 de Julho do ano de 2025 aos Distritos de Lago, Sanga, Mandimba e Lichinga, com o objectivo de fazer a validação de linguagem dos instrumentos de recolha de dados para o presente diagnóstico, junto de participantes com características semelhantes às do grupo alvo da pesquisa, por forma a corrigir a linguagem e permitir a correcta compreensão das questões dos instrumentos no momento de recolha de dados.

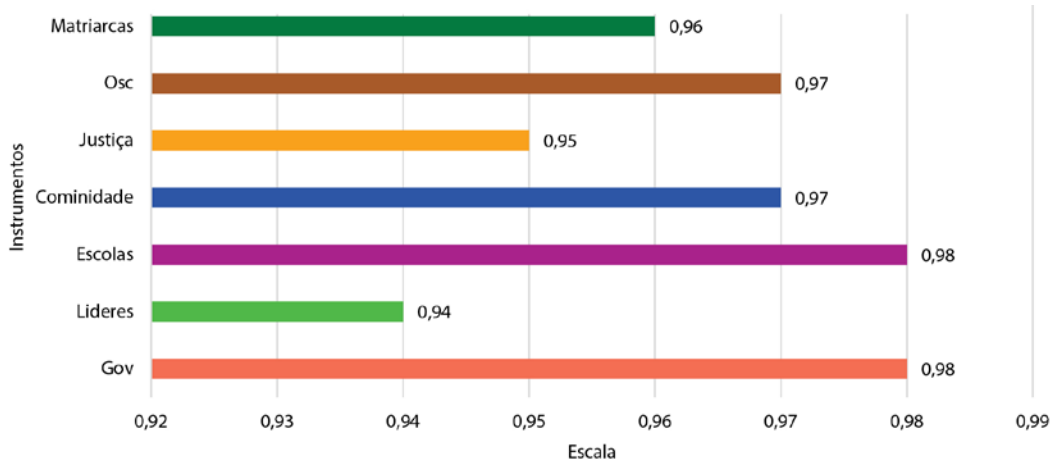
Os trabalhos nos distritos em alusão foram realizados em gabinetes dos governos distritais, de juízes, de atendimento a mulher e crianças vítima de violência, serviços distritais de saúde, mulher e acção social e residências dos líderes comunitários. Por cada instrumento de recolha de dados trabalhou-se com pelo menos 5 intervenientes. Apoiando-se em Santos et al., (2023) em que se recomenda o mínimo de 5 indivíduos, a equipa técnica viu-se satisfeita com as condições para garantir a validação de clareza de linguagem.

Os encontros ao nível dos distritos iniciaram com a apresentação da equipa técnica ao governo, seguido da localização dos pontos focais do projecto Crescer Sem Pressa no distrito que por sua vez, ajudaram na identificação de outras entidades.

De forma apreciativa, os grupos distritais envolvidos no trabalho de validação da clareza de linguagem foram abertos a dar os seus contributos de forma rigorosa e positiva de modo a que os resultados deste processo permitissem uma análise profunda e, em alguns casos, foi dado seguimento às recomendações levando a alterações.

Na generalidade, em todos os distritos onde a equipa de investigadores testou os instrumentos, a validação de clareza de linguagem teve um foco comum de satisfação e tendo sido considerado que as questões foram bem formuladas, com uma linguagem acessível, tendo o menor índice de 0,94 com o instrumento para os líderes comunitários que teve mais correcções dos termos, muito acima do mínimo recomendável pelos autores. O gráfico 3 apresenta o índice de validação por cada questionário elaborado, numa escala de avaliação de 0 – 10 pontos:

GRÁFICO 3: ÍNDICE DE VALIDAÇÃO DA CLAREZA DA LINGUAGEM POR INSTRUMENTO



Fonte: Resultados do relatório de validação da linguagem (2025)

Os resultados do gráfico 3, ilustram que o instrumento de recolha de dados dirigido aos procuradores, juízes e ao gabinete de atendimento da mulher e crianças vítima de violência teve um índice de validação de 0,95, seguindo-se o instrumento dirigido ao grupo de matriarcas, que foi validado com um índice de 0,96. A seguir o instrumento das OSC obteve 0,97, o instrumento dirigido à comunidade um índice de 0,97 e o instrumento das escolas e do Governo teve o maior índice, de 0,98, respectivamente.

Após a validação dos instrumentos de pesquisa, seguiu-se o trabalho de campo. A recolha de dados contou com treze assistentes de pesquisa, grupo composto por seis estudantes finalistas de Licenciatura em Direito no ISDRB e sete mestres de distintas áreas de formação e que se encontram a desempenhar suas funções nos distritos abrangidos pelo estudo.

O grupo de assistentes de pesquisa foi coordenado por cinco pesquisadores do ISDRB da Universidade Rovuma, tendo como objectivos: a) Treinar os assistentes para aplicação dos instrumentos de recolha

de dados, em observância aos procedimentos éticos, nas técnicas de abordagem e no registo de dados; b) Acompanhar as actividades de recolha de dados, esclarecendo dúvidas; c) Conferir fidedignidade na transcrição das respostas das entrevistas e d) Elaborar o relatório final.

A formação dos assistentes teve a duração de dois dias. No acto da recolha de dados, cada entrevista teve uma duração media de 25 a 45 minutos, sendo conduzida presencialmente em português ou em línguas locais, quando fosse necessário. O trabalho de campo decorreu durante três semanas, entre 10 a 30 de Julho de 2025. Este período coincidiu com as práticas culturais de ritos de iniciação o que facilitou o contacto com as matriarcas e líderes comunitários.

2.2. PARTICIPANTES DO ESTUDO

As entrevistas foram direccionadas aos atores chaves já identificados.

A selecção dos participantes do estudo foi por conveniência (por saber que os distintos grupos seleccionados para o estudo reúnem informações relevantes sobre o fenómeno que está a ser estudado, com vista a reflectir sobre o problema de forma profunda).

O quadro 1, apresenta o descritivo quantitativo dos participantes do estudo de acordo com o grupo alvo.

QUADRO 1: PARTICIPANTES DO ESTUDO

Ord	Grupo de Participantes	Total de participantes
1	Governos distritais (Administrador/Secretários permanentes)	6
2	Juízes	5
3	Procuradores	4
4	Organizações da Sociedade Civil	10
5	Líderes comunitários (Régulos e Secretários de bairro)	13
6	Matriarcas responsáveis pelos ritos de iniciação	13
7	Comunidade (pais, mães e/ou encarregados de educação)	52
8	Escolas (Directores/Responsável da REGE)	9
9	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social	6
10	PRM - Gabinete de atendimento as famílias e mulheres vítima de violência	10
	Total	**128**

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O quadro 1 indicia que os pais, mães e/ou encarregados de educação (comunidade) são quem foi mais envolvido no desenvolvimento do presente estudo, seguidos dos Líderes comunitários pelo facto de serem pessoas que vivenciam os casos das uniões prematuras em primeira instância.

2.3. FORMAS DE TRATAMENTO DE DADOS

A análise dos dados iniciou com a categorização temática, sendo que as respostas foram agrupadas em quatro categorias principais que são: perfil dos participantes; compreensão/percepção das uniões prematuras; questões socioculturais e religiosas e prevenção e combate às uniões prematuras. Para assegurar rigor analítico, recorreu-se à triangulação, combinando fontes de dados de diferentes entrevistados e interpretações dos pesquisadores. Os dados foram organizados em quadros e/ou gráficos de síntese, facilitando a visualização das tendências identificadas. A interpretação seguiu os procedimentos da análise de conteúdo, envolvendo codificação, inferência e interpretação sistemática das categorias. Este processo permitiu garantir consistência, profundidade analítica e fiabilidade na construção dos resultados.

2.4. ASPECTOS ÉTICOS DE PESQUISA

Durante a execução da pesquisa, foi solicitado o devido pedido de autorização para acesso aos locais de estudo, garantindo o cumprimento dos protocolos institucionais. Os investigadores assumiram o compromisso de publicar os artigos científicos em co-autoria com os parceiros envolvidos e de referenciar no manuscrito o financiador da pesquisa. No mesmo documento, foi registado um agradecimento formal aos participantes, reconhecendo a importância da sua colaboração.

Foi ainda garantido que o consentimento informado de todos os participantes fosse obtido, bem como que a privacidade e a confidencialidade fossem asseguradas sempre que necessário. A comunicação estabelecida com os participantes foi conduzida com humildade, adoptando-se uma postura passiva e não imperativa. A pontualidade durante o mapeamento foi rigorosamente observada, de modo a cumprir as metas definidas. Na formulação das perguntas, foi exercida prudência, reconhecendo que algumas questões poderiam gerar desconforto e, nesses casos, o entrevistador optou por avançar para outra pergunta, evitando insistências indevidas.

O consentimento relativo ao uso de gravações de áudio, vídeo ou fotografias foi obtido mediante acordo mútuo com todos os participantes. Durante as entrevistas foram colocadas apenas questões pertinentes, evitando improvisações irrelevantes ou de carácter social que se afastassem do objecto da investigação. A protecção da identidade dos informantes foi assegurada, garantindo-se anonimato e esclarecendo-se que os dados recolhidos serviriam, exclusivamente, para fins académicos. A liberdade de participação também foi respeitada, permitindo que cada informante decidisse participar ou não, fornecer determinadas informações ou interromper o processo de recolha de dados.

Não houve qualquer tipo de discriminação durante o processo, sendo que, após definidos os critérios de selecção da amostra, todos os participantes tiveram a mesma possibilidade de integrar o estudo, por isso, os pesquisadores não demonstraram preferência no uso dos instrumentos. Comentários fora do âmbito da pesquisa foram evitados durante a aplicação dos instrumentos, preservando a objectividade do processo. Os métodos científicos aplicados na análise dos dados foram seleccionados com base no rigor e na aceitação académica, garantindo validade ao estudo. Na tomada de decisão, os investigadores mantiveram imparcialidade, abstendo-se de manipular dados que pudessem favorecer qualquer grupo específico.

Na discussão dos resultados, foi adoptado um rigor metodológico, realizando-se triangulações entre a literatura consultada, os dados obtidos e a interpretação dos pesquisadores. A humildade científica foi evidenciada pela referência adequada a todas as fontes citadas no relatório final. Por fim, importa referir que o projecto de pesquisa foi apresentado ao conselho científico Universitário, respeitando os aspectos éticos sociais e científicos.

Ao longo do texto, os participantes não são tratados pelos seus nomes em todos os distritos abrangidos pelo estudo, sendo apenas indicadas as instituições que participaram do estudo e as principais contribuições que deram.



3. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação, análise e discussão dos resultados foram feitas tendo em consideração quatro categorias a saber: i) Perfil dos entrevistados (ou apresentação dos entrevistados); ii) Compreensão/ percepção sobre as uniões prematuras; iii) Uniões prematuras e a questão sócio-cultural e religiosa e iv) Prevenção e combate das uniões prematuras.

3.1. APRESENTAÇÃO GERAL DOS ENTREVISTADOS

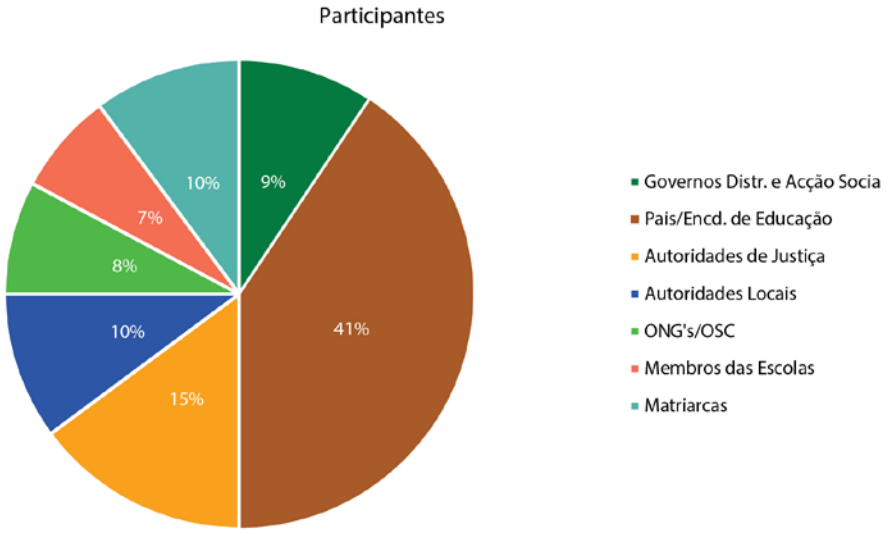
A análise da distribuição dos 128 participantes revela uma amostra diversificada, cujas proporções espelham a complexidade da intervenção no fenómeno das uniões prematuras. O grupo de maior expressão é o dos Pais (aproximadamente a 41%), sublinhando a prioridade metodológica em captar a óptica familiar e doméstica, fulcral para a compreensão das dinâmicas de vulnerabilidade e decisão subjacentes às uniões precoces.

Os Governos Distritais, Serviços Distritais da Mulher e Acção Social, bem como as Autoridades de Justiça, têm uma representação significativa de aproximadamente 24%. Esta paridade é metodologicamente útil, pois permite uma análise comparativa robusta da formulação de políticas e da eficácia da sua fiscalização no terreno.

Os grupos de intervenção na base, nomeadamente, as autoridades locais e os membros das escolas, surgem também com uma representação amostral de aproximadamente 17%. Esta representação dos grupos em alusão, permite uma avaliação cruzada dos factores de protecção (educação) e dos mecanismos de mediação comunitária, sendo ambos essenciais para desafiar as normas sociais.

Por fim, a Sociedade Civil (espelhada através de organizações não governamentais) e as Matriarcas responsáveis pelos ritos, com uma representação amostral de 18%. A inclusão destes grupos é também crucial para incorporar as intervenções de base e as perspectivas de género, conferindo profundidade à análise das estratégias de mobilização comunitária e de empoderamento feminino.

GRÁFICO 4: SEGREGAÇÃO DOS PARTICIPANTES ENTREVISTADOS



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

3.2. COMPREENSÃO/PERCEPÇÃO SOBRE AS UNIÕES PREMATURAS

3.2.1. Faixa etária em que mais se verificam as uniões prematuras

De acordo com a maioria dos entrevistados, as uniões prematuras verificam-se na faixa etária entre os 14 e os 17 anos, mas em alguns pontos há registos de ocorrências a partir dos 10 anos de idade. De facto, o que os entrevistados relatam é uma prova inequívoca de que os distritos apresentam casos de uniões prematuras, pois em Moçambique, segundo o artigo 7 da lei 19/2019, "a união entre duas pessoas formada com o propósito imediato de constituir família, só é permitida a quem tiver completado dezoito anos de idade à data da união" (BR, 2019). Contudo, Bassiano (2018, p.2) afirma que "mais da metade das meninas se casa antes da idade legal, ou seja, antes de 18 anos. Embora essa forma de casamentos seja ilegal, os seus autores dificilmente são levados à justiça".

3.2.2. Tipo de uniões prematuras mais frequente nesta região

Em Moçambique, considera-se união prematura "a ligação entre pessoas em que pelo menos uma seja criança, formada com o propósito imediato ou futuro de constituir família" (BR, 2019). Segundo as Organizações da Sociedade Civil (OSC), as uniões **prematuras seguem um padrão dominante e preocupante que consiste na união entre mulher menor e homem adulto**. Este padrão é o mais frequente em Cuamba, Lago, Lichinga, Mecanhelas, Metarica e Sanga. Entretanto, nos distritos de Mandimba e Ngauma ocorrem uniões entre homens e mulheres menores de idade, como se pode observar no quadro n º 2:

QUADRO 2: TIPOS DE UNIÕES PREMATURAS

Distrito	Tipo de Uniões prematuras mais frequentes
Cuamba	Mulher menor e homem adulto, seguido por homem menor com mulher adulta.
Lago	Mulher menor e Homem Adulto.
Lichinga	Mulher menor homem adulto.
Mandimba	Entre menores e Mulher menor e homem adulto.
Mecanhelas	Mulher menor e homem adulto.
Metarica	Mulher menor e homem adulto.
Ngauma	Todos os tipos (entre menores, mulher menor/homem adulto, homem menor/mulher adulta).
Sanga	Mulher menor e homem adulto.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A prevalência desta união assimétrica sugere que a união precoce é impulsionada primariamente por dinâmicas de poder e factores socioeconómicos, e não apenas por relações entre pares ou experimentação juvenil. A figura do "Homem adulto" implica geralmente um indivíduo com maior poder económico e social, alinhando-se perfeitamente com a principal causa, como veremos mais adiante, citada pelas OSC e pelos Governos Distritais: a pobreza.

Neste contexto, **o casamento com um homem adulto pode ser visto pelas famílias de baixo rendimento como uma estratégia de sobrevivência, onde a filha é entregue em troca de alívio financeiro ou de redução dos encargos familiares**. A predominância desta modalidade também acentua a vulnerabilidade da menor, que enfrenta riscos acrescidos (saúde reprodutiva e interrupção da educação), em contraste com os casos de união "entre menores" (presentes, mas menos frequentes), onde as responsabilidades e a vulnerabilidade poderiam, teoricamente, ser mais partilhadas. Portanto, o tipo de união mais frequente parece apontar para um problema de exploração da vulnerabilidade económica das raparigas e das suas famílias.

3.2.3. Uniões prematuras nos distritos: sinónimo de problema?

Em relação a esta questão, sobre se acredita que as uniões prematuras são um problema para o distrito, todos os entrevistados (128) dos oito distritos seleccionados para o estudo são unânimes em afirmar que, de facto, **as uniões prematuras constituem um problema** como atestam alguns depoimentos a seguir apresentados.

> *"É evidente, na medida em que temos denúncias desde o ano passado e, neste ano, já registamos alguns autos. Um já foi levado a julgamento e outro ainda está em instrução"* (Autoridade de Justiça de Mecanhelas).

A este respeito, o Governo local, a Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social (DPGCAS) e a Organização da Sociedade Civil que opera em Niassa (OSC-ACABE) afirmam que:

> *"De facto, as uniões prematuras são um problema para o nosso distrito, porque ainda temos essas situações em algumas comunidades. Como governo, estamos a trabalhar para a sensibilização"* (Governo de Mecanhelas).

> *"[…] é problema para a rapariga que deveria estar na carteira assim como para os pais/encarregados de educação que levam suas filhas enquanto crianças para viver com um senhor sabendo que essa criança ou rapariga apenas só tem uns 16, 15 ou 17 anos de idade"* (líderes comunitários de Metarica).

> *"[…] Influenciam negativamente. Pois as meninas casam antes da idade impedindo o desenvolvimento e o futuro das raparigas. Pode-se destacar também possíveis problemas de saúde"* (Pais de Sanga).

> *"Sim, as uniões prematuras são problemas na nossa sociedade e a Província de Niassa não é excepção. Porque afectam directamente a nossa menina, que podia ser o garante da sociedade, e vê interrompido o seu sonho"* (DPGCAS).

> *"Sim são um problema. Que tem afectado, digamos, todo mundo"* (OSC-ACABE).

Os entrevistados reconhecem que existem uniões prematuras ao nível da província do Niassa e que estas constituem um problema para a saúde da rapariga. Ao mesmo tempo, uma parte da sociedade começa a estar mais consciente deste problema e do dever de denunciar os casos conhecidos.

3.2.4. Influência das uniões prematuras no empoderamento das raparigas e mulheres

A reflexão sobre a influência das uniões prematuras no empoderamento da mulher, a nível da classe dos juízes e o GAFMVV, consideram que as uniões prematuras têm uma forte influência no empoderamento da rapariga, pois bloqueiam o futuro das meninas, tal como se pode acompanhar nos depoimentos que se seguem:

> *"As uniões prematuras influenciam de várias formas, cortam a prioridade de se formar, atingir a idade adulta e oportunidades de trabalho porque torna individuo a ser submisso. Julgo que afectam em grande medida"* (autoridades de justiça de Lago).

As mesmas entidades, noutro distrito, acrescentaram referindo que:

> *"[…] é um problema sim em particular na província de Niassa, isto nos distritos claramente, verifica-se a problemática do empoderamento quando nos referimos das uniões prematuras que constituem uma mina da rapariga porque ao invés da criança ir a escola para aprender para ser o homem do amanhã como o quadro do nosso país recomenda, contrariamente levamos a criança abandonando a escola para ir se envolver com um senhor grande. Isto faz com que a criança permaneça na pobreza, o que quer dizer que as uniões prematuras criam pobreza para o país, as pessoas pensam que ir as uniões prematuras, é um meio da diminuição da pobreza, o que não é verdade. Fazendo isso estamos a criar ou criamos condições para que a pobreza se instale em todos cantos desse país, mas formando essa criança que o amanhã será o homem retiraríamos o povo moçambicano da pobreza para um nível melhor de vida, o que não está a acontecer"* (autoridade de justiça Lichinga).

A Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social (DPGCAS) corrobora com os depoimentos anteriores, asseverando que:

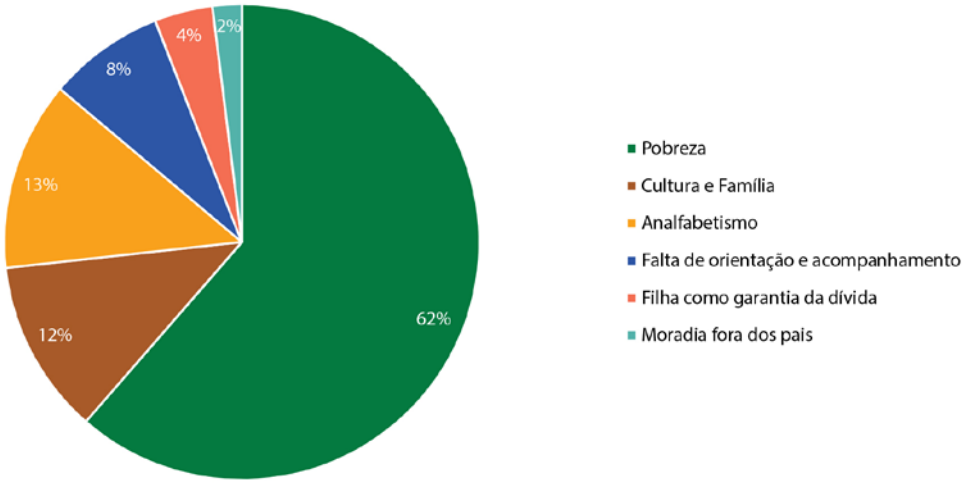
> *"As UPs são um mal que afecta directamente as meninas que deviam ser o garante e o desenvolvimento da sociedade. Uns dizem que é por causa da pobreza, mas eu digo que só aumenta a pobreza, ora vejamos, quando a menina fica grávida, ela, deve cuidar da gravidez e nesse período não faz quase nada e aumenta a pobreza. Neste sentido se ela já está fraca, mas como ela estaria empoderada se já esta fragilizada"* (DPGCAS).

Neste contexto, compreende-se que as UPs influenciam directamente no empoderamento das raparigas, pois elas tornam-se submissas e prisioneiras das suas vontades, em detrimento, e muitas vezes medo, daquele que a sustenta.

3.2.5. Causas de uniões prematuras

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que a pobreza constitui uma das principais causas da prática de uniões prematuras, seguida do analfabetismo (falta de instrução), que ainda é uma realidade para muitos pais e/ou encarregados de educação. Estes dados são concordantes com o índice de pobreza da província do Niassa anteriormente citado e com os censos de 2017 (últimos realizados), nos quais se apurou um índice de analfabetismo de 58%, sendo de 72,4% entre as mulheres (42,6% entre os homens). A outra causa que os entrevistados afirmam estimular a ocorrência deste fenómeno ao nível dos distritos está relacionada com a cultura familiar, destacando-se os ritos de iniciação (declaram os entrevistados de Sanga, Mandimba e Ngauma com maior destaque). A falta de boa orientação/ocupação extra-escolar das raparigas é outra razão apontada pelos entrevistados. Apesar de não ter sido muito destacado, as dívidas que os pais/encarregados de educação contraem junto dos comerciantes constituem também uma das causas, uma vez que as filhas são oferecidas como garantia. Por último, ainda que não muito expressivo nos depoimentos, foi apontado o facto das meninas dormirem numa casa anexa à casa dos pais e apesentando de que assim, os pais perdem o controlo das crianças durante a noite – factor que responsabiliza a própria criança pelo sucedido. O gráfico 5 que se segue ilustra os índices das principais causas das Uniões Prematuras. Um aspecto de realce é que **a pobreza e o analfabetismo foram destacados em todos os distritos**.

GRÁFICO 5: PRINCIPAIS CAUSAS DAS UNIÕES PREMATURAS SEGUNDO OS ENTREVISTADOS



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em seguida, destacam-se alguns excertos que relatam as percepções dos entrevistados em diferentes distritos.

> *"As principais causas estão relacionadas com factores culturais e familiares. Muitas vezes, os próprios familiares, como tias, incentivam as raparigas a casar cedo, alegando que já são adultas, já têm idade suficiente e devem assumir responsabilidades dentro de um lar"* (Membro da PRM-C).

Em relação ao Distrito do Lago destaca-se que:

> *"As causas principais aqui no lago não sei se é falta de informações das nossas raparigas porque naquela fase de adolescência é uma fase que uma rapariga esta em transformação. Estando em transformação, qualquer pratica não prevenida é uma gravidez, então, a pessoa… depois da gravidez… é dai que os pais/encarregados obrigam se unir com os jovens que lhe engravidou, sim então ai a principal causas são gravidez precoce muito mais aqui no distrito do Lago, é difícil ver união prematura com que não há ali gravidez precoce. O que une aqueles dois menores ou um menor com um adulto é mesmo a gravidez precoce"* (OS C - CL).

Já na cidade de Lichinga,

> *São vários motivos ou causas. Um dos motivos é a pobreza que levam as famílias a aderirem nas uniões prematuras pensando que unindo a criança poderão melhorar a sua vida, sem saber que estão a se desgraçar demais, porque se fosse que levaram a criança a escola poderia melhorar um pouco de vida da sua família, mas nem todos conseguem melhorar. Outros motivos são as dividas que alguns pais ou encarregados de educação contraem com pessoas e fixam como garantia as suas filhas crianças para a sua liquidação da mesma obrigação, usando as crianças como escudo das dividas contraídas no passado pelos seus progenitores ou aqueles com quem as crianças convivem, outra causa tem a ver com o curandeirismo onde as pessoas tem feito alguns tratamentos e entregam a criança como meio de pagamento em agradecimento ao curandeiro logo indicam as meninas e não os rapazes, e dai forçam as raparigas nas uniões prematuras"* (Autoridade de Justiça – Procurador - CL).

No Distrito de Mecanhelas,

> *Uma das principais causas é a pobreza. Muitas famílias, ao terem várias filhas, preferem que se casem cedo para reduzir responsabilidades. Algumas acreditam que, casando, a menina poderá ajudar financeiramente a família. Às vezes, os rapazes continuam os estudos, mas as meninas são forçadas a casar como forma de aliviar a situação económica da família"* (Membro do Governo – Mec).

Para o Distrito de Mandimba, um dos entrevistados afirma que a pobreza é a principal causa:

> *Elas (meninas) vêm o casamento como refúgio para ter alimento e vestuário. Outra causa é o tipo de informação que as raparigas têm na comunidade sobre as uniões prematuras"*(OSC Mandimba).

Em Metarica um dos entrevistados referiu que a principal causa é "a situação económica", tal como podemos testemunhar no depoimento da organização da sociedade civil-ACABE e da Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social:

> *Pobreza, ensinamentos das uniões prematuras, a cultura"* (OSC-ACABE).

> *A pobreza, a ignorância mental são a principal causa. Os nossos hábitos (como é o caso dos ritos de iniciação)"* (DPGCAS).



Entretanto, os participantes da entrevista em Ngauma apontam a *"fraca escolaridade dos pais, falta de condições económicas, dividas com vizinho, comerciante"*

Sem fugir das ideias partilhadas nos outros distritos, Sanga aponta também para a *"pobreza e baixo nível de escolaridade, as condições precárias e as diversidades culturais"* (entrevista no Distrito de Sanga).

A situação de pobreza constitui a principal causa das uniões prematuras na Província. Moçambique regista o índice de pobreza em 87% nos últimos dez anos, atingindo esta, em 2022, cerca de 65% da população, segundo dados da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (INDE) 2025-2044, aprovada pelo governo. Portanto, a média nacional surge contrabalançada por um aumento da pobreza estimado em 10 pontos percentuais no Norte, com o aumento mais acentuado a acontecer na província do Niassa (Santos & Salucci, 2016). Todavia, o recurso às uniões prematuras como fuga da pobreza perpetua-a ao invés de a mitigar. Além disso, estando a viver na situação de pobreza, as meninas que casam prematuramente acabam envoltas noutros problemas: abandono escolar, gravidez precoce e desnutrição (Selemane, 2019).

A comunidade de Lago também atribui a culpa da prática de uniões prematuras aos pais, tal como podemos ler no depoimento a seguir:

> *Os principais culpados das uniões prematuras são os pais porque a sua visão esta desajustada. Não conseguem fazer a leitura do futuro das crianças. Devíamos olhar pelo custo de vida do país, porque num futuro breve teremos muitas crianças na rua provenientes das uniões prematuras. Há um princípio que diz que deve se casar quem tem casa e condições mínimas para ajudar os descendentes. Isto vai eliminar a independência económica. O importante sempre que queremos fazer algo, temos que olhar para o futuro."* (Comunidade de Lago).

Assim sendo, podemos afirmar que as causas da prática de uniões prematuras no seio das comunidades são múltiplas.

3.2.6. Estratégias de mitigação das uniões prematuras

A última pergunta desta categoria procura saber qual tem sido o retorno da comunidade no combate as uniões prematuras e foi direccionada somente a procuradores e juízes.

As respostas dadas por esta classe divergem, existindo distritos em que o retorno é avaliado como positivo (Cuamba, Lago, Lichinga e Ngauma) e justificam que:

> *as palestras são bem-recebidas nas escolas, líderes comunitários e religiosos de modo a colaborar com o ministério público. As organizações não-governamentais e ou da sociedade civil como o PARALEGAL trazem denúncias sobre as uniões prematuras"* (Autoridades de Justiça de Lago).

> *Sensibilizar na sociedade em colaboração com outras instituições da administração da justiça como é o caso do IPAJ, a Policia da República, Gabinete de Atendimento, fazendo com que a comunidade acate aquilo que é a educação, passando também nas escolas primárias, básicas e secundarias, incutindo ideias positivas nas crianças, falando com os régulos, líderes comunitários, líderes religiosos, incluindo as matronas, assim também como a FOFeN, no sentido de reverter a situação das raparigas, estas se mantendo na carteira da escola, e nisto, a comunidade acata as ideias e isso faz com que o número das uniões prematuras seja reduzida"* (Autoridades de Justiça IPAJ-CL).

Alguns distritos com retorno negativo (Sanga, Mandimba, Metarica) pelo facto de:

> *ainda registam-se casos de uniões prematuras, no entanto, há avanços pois tem havido denúncias de casos relacionados a esta prática"* (Autoridades de Justiça de Mandimba).

Existiu ainda um distrito com retorno variável (Mecanhelas) justificando que:

> *"O retorno tem sido misto. Parte da comunidade mostra abertura e participa em campanhas de sensibilização, mas ainda existe resistência devido às tradições culturais e à falta de alternativas económicas para as famílias. Algumas pessoas reconhecem o problema, mas continuam a permitir que as práticas ocorram"* (Autoridades de Justiça de Mecanhelas).

Apesar da divergência de opiniões em relação ao feedback das comunidades sobre as estratégias de mitigação das uniões prematuras, de forma geral, há sinais positivos significativos de evolução de casos de denuncias ainda que de forma tímida, o que revela consciência da população nas consequências que as UPs podem trazer para as suas comunidades. Porém, apesar dessa avaliação positiva sobre as estratégias de mitigação, há uma necessidade de juntar sinergias que possam contribuir na mitigação das uniões prematuras, não somente a nível do governo, mas também a nível das ONGs e ou OSC a nível da província de Niassa.

3.4. AS UNIÕES PREMATURAS E A QUESTÃO SOCIOCULTURAL E RELIGIOSA

3.4.1. Grupos etno-linguísticos presentes nos distritos em estudo

Os distritos contemplados pela pesquisa sobre as Uniões Prematuras são habitados por indivíduos falantes de línguas diferentes. Contudo, a língua mais falada em quase todos os distritos é a Emakhuwa, tal como se pode notar no quadro 3.

QUADRO 3: PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS

Distrito	Grupos etno-linguísticos presentes
Cuamba	Emakhuwa, Xichêwa
Lago	Cinyanja, Ciyao, Ngoni
Mandimba	Emakhuwa, Ciyao
Mecanhelas	Xichêwa, Emakhuwa predominante
Metarica	Emakhuwa
Ngaúma	Emakhuwa, Cinyanja, predominantemente Ciyao
Sanga	Ciyao, Emakhuwa, Shimakonde, Cinyanja
Lichinga	Emakhuwa, Cinyanja e Ciyao

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados do quadro 3 demonstram que os distritos são caracterizados por grupos étnico-linguísticos diferentes que interagem entre si.

3.4.2. Influência dos grupos étnicos nas uniões prematuras

Com o objectivo de recolher dados relacionados com a influência dos grupos étnicos sobre nas uniões prematuras, a maior parte dos entrevistados (governos distritais de Cuamba, Lago, Mandimba, Mecanhelas, Metarica e Sanga) responderam negativamente, excepto o governo do distrito de Ngaúma que respondeu positivamente acrescentando que *"é predominante na etnia Yao abandonar a escola quando chega o período dos ritos de iniciação que ocorrem geralmente durante ou após a colheita. Após a participa-*

ção em ritos, as meninas passam a ser consideradas prontas para o casamento, apesar de ainda não terem idade suficiente".

A resposta semelhante foi dada por Organização da Sociedade Civil-ACABE (OSC-ACABE), ao dizer que:

> *Sim, influenciam. Nós fomos percebendo que algumas comunidades normalizam as uniões prematuras. As pessoas cresceram num cenário onde viram outras mulheres já se casarem cedo, depois vai passando de geração em geração"* (OSC-ACABE).

> *Sim. Os hábitos de algumas etnias influenciam nas UPs por causa do tipo de educação, praticas de ritos de iniciação não é de todos grupos étnicos, por exemplo o grupo dos Yaos são mais destacadas, vejamos que pelo mapeamentos dos casos do ano 2025 (Ngauma tivemos 37, Lichinga 17, casos, Mandimba tivemos 8, Mavago tivemos 11, Nipepe tivemos 10, Cuamba 8) esses são casos denunciados, mas acredita-se que hajam mais casos. A maioria dos casos registam-se nas regiões onde predomina a etnia yao"* (DPGCAS).

Esta prática para além de estar a acontecer em um ponto específico destacado neste estudo, pode estar a ocorrer em outros pontos da província do Niassa. A heterogeneidade dos distritos sugere que é importante que as acções de intervenção para a mitigação das UPs não sejam consideradas de forma uniforme, sendo importante considerar as particularidades geográficas e étnico-culturais de cada distrito.

3.4.3. Influência dos Ritos de iniciação nas uniões prematuras

Colocada a questão sobre a influência que os ritos de iniciação têm nas uniões prematuras, os entrevistados responderam nos seguintes termos:

QUADRO 4: RESPOSTAS DOS GOVERNOS DISTRITAIS SOBRE INFLUÊNCIA DOS RITOS DE INICIAÇÃO NAS UNIÕES PREMATURAS

Distrito	Influência dos Ritos de iniciação nas uniões prematuras.
Cuamba	*"Não, as matriarcas não têm esta linha de visão actualmente."*
Lago	*"Não considero."*
Mandimba	*"Sim, pois ensinam "coisas de adultos" a raparigas de 10-11 anos, que acabam por praticar o que aprendem."*
Mecanhelas	*"Sim, porque muitos conteúdos ensinados levavam a crer que, ao passar pelo rito, a menina estava pronta para casar, mesmo aos 15-16 anos."*
Metarica	*"Sim, porque são ensinados conteúdos adultos."*
Ngaúma	*"Ritos de iniciação são vectores das uniões prematuras."*
Sanga	*"Sim, porque as crianças querem pôr em prática o que lhes foi ensinado."*

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

De acordo com as respostas constantes no quadro nº4 os ritos promovem a prática de uniões prematuras nas comunidades do distrito de Mandimba, Mecanhelas, Metarica, Ngauma e Sanga, porque durante este processo as raparigas têm acesso a conteúdos desaconselhados para a sua idade. O mesmo posicionamento é defendido pelas Organizações da Sociedade Civil, tal como se pode verificar nos depoimentos seguintes:

> *Sim, porque influencia negativamente em vários sectores de certos serviços, no caso da Educação, as (desistências escolares), na Agricultura, (trabalho infantil) e na saúde (problemas de partos)."* (OSC _Sanga)

> *Os nossos antepassados vinham praticando. As crianças quando saem de ritos de iniciação se acham que são adultas, muito mais mulheres. Um homem adulto acaba casando com uma menina de 17 anos."* (OSC _NG)

> *Sim, influenciam."* (OSC_ Met)

> *Sim. A influência acontece porque muitas vezes crianças com apenas 7, 8 ou 10 anos já participam dos ritos de iniciação e são incentivadas a ter relações sexuais precoces, o que leva directamente às uniões prematuras."* (OSC _Mec)

> *Sim. As meninas antes de completar 18 anos submetem-se aos ritos de iniciação e quando voltam tendem a implementar tudo quanto aprenderam. Nos ritos de iniciação são incutidas a ideia de que elas são maiores de idade e que podem ajudar nas despesas de casa. As matriarcas dão má interpretação ou educação as meninas, por esta razão elas deveriam ir com 18 ou mais anos, pois estas crianças são submetidas a esta prática com uma idade muito inferior."* (OSC _Mand)

> *As práticas culturais estão influenciar, sim a incidência das uniões prematuras, pelo menos nesta província de Niassa fala-se que uma das razões das uniões prematuras são os ritos de iniciação que influenciam, elas entram muito cedo com 7, 8,10 anos, e a diferença que existe entre Niassa e outras províncias que as outras províncias também têm ritos de iniciação por exemplo estou a falar de Nampula. Entra-se em fases quando você é criança tem uma mensagem quando vai casar tem outra mensagem e quando está pra ter criança também tem uma mensagem são três fases mas aqui em Niassa se explica tudo de uma única vez, de como cuidar do seu marido isso atrofia um pouco a mente das crianças. As crianças levam aqueles conhecimentos querendo praticar por isso que com 12 anos já começam a manter relações sexuais e por isso até aos 13 anos engravidam e nesta província existe muitos casos destes é uma prática que deveria ser melhorada por exemplo."* (OSC_Lic)

> *Sim. Pela sua carga cultural, influenciam as uniões prematuras. Porém, através de encontros com líderes comunitários, religiosos e tradicionais, tem havido redução significativa dessa influência."* (OSC_C)

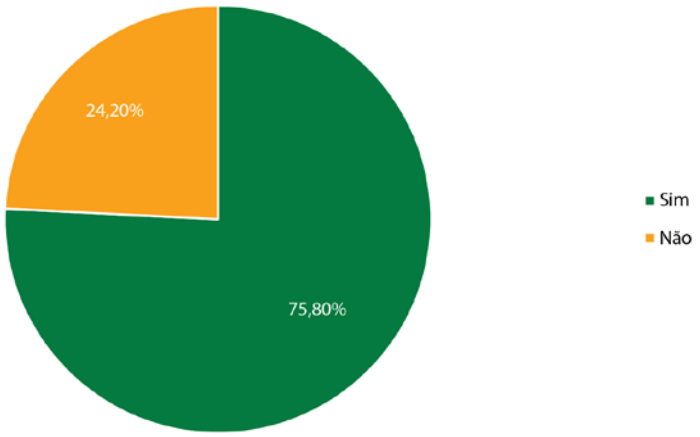


> *Isso não difere muito quando falamos da questão de género. Factores de género… A partir do momento em que as mães já começaram a fazer a distribuição de tarefas, alegando que algumas tarefas são para homens e outras são para mulheres, as crianças se sentem preparadas, isto é, alguns ensinamentos estimulam uniões prematuras. Então, o que está em causa nos ritos de iniciação são os conteúdos e, se calhar, a época entre os ritos de iniciação forem, por exemplo, não se justificam uma criança dos 12 anos, ao invés de aprender, como é que pôde respeitar os pais como é que pode se comportar na escola ir aprender como que deve cuidar do marido"* (OSC-ACABE).

A Direcção Provincial da Mulher e Acção Social (DPGCAS) também acredita que os ritos de iniciação influenciam nas uniões prematuras, tal como podemos testemunhar no depoimento a seguir:

> *Sim. Não que os ritos sejam o mal, mas por causa da idade que as crianças são levadas e os ensinamentos que são dados em função das idades. Era desejável que cada idade tivesse seus ensinamentos".* (DPGCAS)

GRÁFICO 6: INFLUÊNCIA DOS RITOS DE INICIAÇÃO NAS UNIÕES PREMATURAS



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A maior parte dos inquiridos (75.80%) acredita que os ritos de iniciação influenciam na prática das uniões prematuras, contrariamente a uma minoria que defende o contrário (24.20%). Neste sentido, pode assumir-se que, na percepção dos entrevistados, os ritos de iniciação constituem uma das causas directas e indirectas das Uniões prematuras na província de Niassa. Os entrevistados que responderam afirmativamente, referem que, actualmente, muitas raparigas saem dos ritos de iniciação acreditando que já estão preparadas para namorar ou contrair matrimónio. Sendo ainda menores, podem ser expostas precocemente a conversas sobre sexualidade, o que tende a estimular o início antecipado da actividade sexual. Além disso, algumas crianças, após participarem nesses ritos regressam ao convívio familiar e demonstram a intenção de colocar em prática os ensinamentos adquiridos. Porém, a culpa não pode recair exclusivamente sobre as raparigas, dado que os adultos têm a responsabilidade moral de aconselhá-las a não se envolver sexualmente e não se casar antes dos 18 anos, sendo também reportado que muitas vezes essa prática é incentivada no próprio rito.

Selemane (2019), a partir de estudos de Bassiano e De Lima (2018); Osório (2015); UNICEF (2015); Osório e Macuácua (2013) destaca que não existe uma relação directa entre os ritos de iniciação e as uniões prematuras. Contudo, "determinados conteúdos dos ritos de iniciação (educação sexual das raparigas orientando-as a servirem e satisfazerem os homens), a metodologia usada para transmitir esses conteúdos (o recurso à encenação de relações sexuais com uso de objectos de aparência do órgão sexual

masculino), a finalidade subjacente à realização desses ritos (preparar a menina para o casamento, para que saiba atender os homens e satisfazê-los, em contraposição com os rapazes que são preparados para serem chefes de família) impelem à união prematura." (Selemane, 2019).

Na verdade, sobre o mesmo assunto, uma das Organizações da Sociedade Civil e as matriarcas não acreditam que os ritos de iniciação sejam factores que influenciam a prática de uniões prematuras, porque "o que acontece é que muitos pais não controlam direito os filhos, e aí a criança acaba se envolvendo cedo." (Matriarcas - Cuamba e Mecanhelas).

3.4.4. Confissões religiosas presentes no distrito

Questionadas as Organização da Sociedade Civil sobre "Quais são as confissões religiosas que estão presentes no distrito?", apresentam-se as respostas no Quadro nº 5:

QUADRO 5: RESPOSTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE CONFISSÕES RELIGIOSAS PRESENTES NOS DISTRITOS.

Distrito	Confissões religiosas
Cuamba	*"Existem dois grandes grupos: cristãos (com várias denominações, incluindo protestantes) e muçulmanos (Congresso Islâmico, Conselho Islâmico e outros)."*
Lago	*"Islâmica, um pouco de cristãos da igreja anglicana"*
Lichinga	*"Religião Católica, Muçulmana, Assembleia de Deus, Universal, sétimo dia, tem testemunhas de Jeová."*
Mandimba	*"Islâmica e crista"*
Mecanhelas	*"Cristianismo (com católicos, evangélicos e anglicanos). Islamismo (religião muçulmana)."*
Metarica	*"Cristianismo e islamismo."*
Ngaúma	*"Islâmica e católica."*
Sanga	*"Cristianismo e islamismo".*

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As respostas das entrevistas constantes no quadro nº 2 indiciam que em todos os distritos existem as religiões Cristã e Islâmica.

3.4.5. Influência das confissões religiosas nas uniões prematuras

Quando questionados sobre a influência das confissões religiosas nas uniões prematuras, os participantes responderam nos seguintes termos:

> *(…) têm contribuído positivamente para a mudança de comportamento, através de mensagens que desencorajam as uniões prematuras."* (OSC_C)

> *Sim, a religião muçulmana tem algumas regras que podem influenciar nas uniões prematuras. Por exemplo, a religião muçulmana não aceita que as meninas ou mulheres façam o planeamento familiar, as outras estão a fazer mas está transgredindo os princípios dessa religião. A mulher não pode prevenir".* (OSC_Lic)

> *Sim. A influência acontece […]."* (OSC_Mec).

> *Sim influenciam, principalmente o islamismo."* (OSC_Met)

> *Sim, existem religiões […], como é o caso da islâmico."* (OSC_Ng)

> *Sim, devido a hábitos e culturas de cada religião."* (OSC_Sang)

> *Sim. se formos a ver ao longo da nossa comunidade, a religião islâmica acaba sendo um bocadinho destacada nas UPs. o ser humano antes de ser moldado por qualquer religião, ela é mais voltada para a questão dos hábitos e costumes, então eu posso ser muçulmana e me unir prematuramente. Mas isto não está diretamente relacionada ao ensinamento da religião, mas principalmente a cultura"* (OSC-ACABE)

As OSC que actuam nos distritos de Cuamba, Lago e Mandimba são unânimes em afirmarem que a religião não influencia nas uniões prematuras, enquanto que as OSC dos distritos de Lichinga, Mecanhelas, Metarica e Ngauma apontam a religião islâmica como sendo promotora de uniões prematuras devido a certos princípios e crenças, como é o caso dos ritos de iniciação. Segundo as perceções levantadas, os ritos de iniciação na província do Niassa, estão fortemente ligados a raízes da religião islâmica e neste caso, seria difícil dissociar esses dois contextos na sua análise. Ainda assim, não é possível comprovar que a origem advém de causas religiosas ou se se trata de uma simbiose entre crenças étnicas, práticas culturais e religião predominante.

O entendimento semelhante é apresentado pela DPGCAS:

> *Sim, outras sim e outras nem tanto. porque a católica por exemplo combate as uniões prematuras. Mas há outras que por exemplo proíbem o uso de preservativos sob alegacão que matam, caso da religião muçulmana, o mesmo dizer que não podemos fazer planeamento"* (DPGCAS).

3.4.6. Papel do Governo

A intervenção governamental nos distritos do Niassa no combate às uniões prematuras é caracterizada por uma postura proactiva e uma estratégia de mitigação multifacetada, centrada na sensibilização permanente e na articulação interinstitucional. O papel do executivo local é primordialmente de desencorajamento, concretizado, genericamente, através de reuniões comunitárias e palestras em escolas e bairros, visando o reforço da mensagem de que a frequência escolar da rapariga é prioritária ao casamento.

A estratégia de combate evidencia nuances distritais significativas. Em Mandimba, a intervenção materializa-se através da governação aberta (reuniões entre o governo e a comunidade ou população local) e de projectos específicos, como por exemplo o Capital Humano, que distribui kits de dignidade, ou a implementação de Cantinhos Escolares, onde técnicos de saúde prestam acompanhamento e esclarecimento a adolescentes. O governo desse distrito promove ainda debates radiofónicos que desencorajam a prática de ritos de iniciação em período escolar.

Em Mecanhelas, a ênfase recai na fiscalização legal, onde o governo, através dos líderes comunitários, aconselha activamente a denúncia de casos às autoridades competentes, nomeadamente à Procuradoria e ao Tribunal. Cuamba e Sanga reportam estratégias mais tradicionais, como palestras, reuniões com pais e actividades de sensibilização permanentes. Já o Lago e Ngaúma priorizam a parceria directa com os líderes comunitários e religiosos, pedindo-lhes que combatam a prática e encorajando o regresso à escola de menores de 18 anos.

No domínio do empoderamento feminino, a estratégia comum é o apoio aos estudos (com fornecimento de material escolar e bicicletas) e a exibição de exemplos de mulheres profissionais. O distrito de Mandimba destaca, adicionalmente, o crédito à mulher para o desenvolvimento de actividades económicas.

Quanto à eficácia das políticas, a avaliação é maioritariamente positiva, com referências a "resultados satisfatórios" (Cuamba) ou "eficazes" (Ngaúma, Sanga), embora se reconheça falhas na implementação

e mudança de comportamento por parte da própria comunidade (Mandimba, Metarica). A questão das parcerias também é heterogénea: se bem que a colaboração com organizações da sociedade civil seja uma prática comum (Lago, Mecanhelas), a formalização de memorandos específicos é inexistente na maioria dos distritos inquiridos.

3.4.7. Instituições de Justiça (Procuradorias distritais, Gabinetes de Atendimento às Famílias e Menores Vítima de Violência)

A análise das observações emanadas das instâncias de justiça no Niassa, designadamente a Procuradoria do Distrito de Cuamba e o Gabinete de Atendimento às Famílias e Menores Vítimas de Violência (GAFMVV) do Distrito de Sanga, estabelece um quadro jurídico-social da problemática das uniões prematuras, revelando uma consistência institucional quanto à gravidade do fenómeno, mas, em simultâneo, uma variação nas ênfases causais percebidas no terreno.

A Procuradoria do Distrito de Cuamba qualifica as uniões prematuras como um "problema muito sério e relevante", com um impacto direto e significativo na vida das raparigas e na estabilidade social em geral. A sua perspetiva sobre o empoderamento feminino é incisiva: o fenómeno afeta-o de forma negativa, pois as raparigas são forçadas ao abandono dos estudos, à interrupção do seu desenvolvimento pessoal e à submissão a um regime de violência física e emocional, ficando, inexoravelmente, submetidas ao poder e à autoridade do marido. Este quadro limita o crescimento pessoal e social, enfraquecendo o seu empoderamento. No que concerne à faixa etária de maior incidência, os casos são reportados como mais frequência entre os 13 e os 16 anos, sendo os 16 anos a idade de maior registo. Nas zonas mais recônditas do distrito, a Procuradoria observa que a prática pode manifestar-se ainda mais cedo, a partir dos 13 ou 14 anos. Relativamente às causas, o foco de Cuamba reside nos fatores culturais e familiares. É notório o papel dos próprios familiares especificamente das adultas que incentivam ativamente o casamento precoce, alegando que as jovens já atingiram a maturidade suficiente para assumir responsabilidades domésticas. Esta causalidade é reforçada pela influência dos ritos de iniciação, que, para esta instância judicial, *"influenciam de forma significativa"* a prática, pois, após a sua conclusão, a menina é culturalmente considerada mulher, perdendo a sua visão de criança e adoptando um comportamento



de adultos. O retorno comunitário é, todavia, avaliado como positivo, traduzindo-se no reporte de casos às autoridades e numa percepção de diminuição das uniões.

Em contraste, o Gabinete de Atendimento às Famílias e Menores Vítima de Violência do Distrito de Sanga, embora reconheça que o fenómeno é um problema grave, estabelece um nexo causal com uma ênfase mais acentuada na pobreza e no baixo nível de escolaridade, condições precárias e diversidades culturais. O impacto no empoderamento é igualmente severo, caracterizado por uma maior desistência escolar e pela desigualdade de género, resultando numa rapariga subordinada e dependente do parceiro, com total perca da sua autonomia decisória. A faixa etária de maior observação é ligeiramente mais jovem do que em Cuamba, registando-se maior frequência entre os 12 e os 17 anos, com um pico entre os 14 e os 16, sendo estes dados frequentemente confirmados nas unidades sanitárias. Relativamente à influência sociocultural, o GAFMVV de Sanga corrobora a perspectiva da influência dos ritos de iniciação, notando que as meninas, ao regressarem a casa após os mesmos, procuram *"implementar o que aprenderam"* (como tratar um homem e cuidar de um lar). A análise do setor da justiça é, neste distrito, ambivalente: a instância de justiça reporta um aspecto negativo, reflectido no menor registo de fichas pré-natais e na interpelação directa da justiça, mas também um aspecto positivo, visível pelo *"baixo nível de desistência escolar"* induzida por uniões prematuras e gravidez precoce.

Em suma, **as instituições de justiça do Niassa revelam uma coerência total no seu papel de fiscalização e denúncia do problema**, mas manifestam uma variação na identificação dos factores etiológicos dominantes – Cuamba foca a causalidade na norma cultural e no incentivo familiar, enquanto Sanga estabelece uma correlação mais vincada com a pobreza e a vulnerabilidade socioeconómica.

A Procuradoria do Distrito de Lichinga classifica as uniões prematuras como um *"problema muito sério e relevante"*, com um impacto altamente negativo no empoderamento feminino. Este fenómeno é percebido como um vector de abandono escolar e da submissão da rapariga ao poder do marido, comprometendo a sua autonomia e capacidade de auto-sustento. A faixa etária de maior incidência concentra-se entre os 15 e os 17 anos. A causalidade é primariamente atribuída a factores culturais e ao desconhecimento da lei, sendo os ritos de iniciação considerados um factor de influência determinante, pois induzem a uma aquisição precoce de maturidade nupcial. O retorno da comunidade é, contudo, avaliado como positivo e satisfatório, traduzindo-se numa participação activa na denúncia dos casos às autoridades judiciais.

O GAFMVV de Mecanhelas entende as uniões prematuras como um problema sério, com consequências devastadoras que se traduzem numa elevada taxa de desistência escolar e na carência de formação profissional, resultando numa inevitável dependência do parceiro. Os casos são maioritariamente registados em raparigas abaixo dos 18 anos, com maior incidência entre os 14 e os 17 anos. Este gabinete atribui as causas primárias à pobreza (motivação de alívio económico para as famílias), à pressão parental e à influência dos ritos de iniciação, que, pela sua natureza, preparam a jovem para o casamento. Não obstante o reconhecimento do problema, o retorno da comunidade é qualificado como misto ou negativo, pois existe uma tendência para encobrimento dos casos, dificultando a acção judicial e de fiscalização.

Para o GAFMVV de Metarica, as uniões prematuras são um problema que compromete o desenvolvimento das menores, culminando em submissão e em violência doméstica. A faixa etária de maior registo situa-se entre os 14 e os 17 anos. As causas são multifactoriais, sendo destacadas a pobreza, o analfabetismo (que acarreta o desconhecimento da lei) e os factores culturais, sendo os ritos de iniciação apontados como influentes ao induzirem as raparigas a *"pôr em prática o que aprenderam"*. O retorno da comunidade é avaliado como misto, denotando que, embora haja alguma colaboração e sensibilização, o problema persiste com uma elevada prevalência devido à resistência e ao ocultamento de muitos casos por parte dos agregados familiares.

O GAFMVV de Ngaúma classifica o fenómeno como um problema sério que compromete o empoderamento das raparigas por via do abandono escolar e da dependência económica, expondo as vítimas à violência. A incidência concentra-se em raparigas abaixo dos 18 anos, sobretudo entre os 14 e os 17

anos. As causas são as mais detalhadas, englobando fatores culturais (tradições locais), a influência dos ritos de iniciação (que aceleram a inserção na vida adulta), a pobreza extrema, a orfandade e a falta de diálogo familiar. Os ritos são vistos como veículos que transmitem a ideia de preparação para a vida conjugal, aumentando a pressão social. O retorno da comunidade é misto, existindo abertura à sensibilização, mas uma resistência significativa motivada pelas tradições e pela ausência de alternativas económicas para as famílias.

3.5. PREVENÇÃO E COMBATE AS UNIÕES PREMATURAS

3.5.1. Estratégias adoptadas pela escola para desencorajar as práticas de uniões prematuras

As escolas dos distritos abrangidos pelo estudo procuram desencorajar a prática das uniões prematuras através da realização de palestras, criação de espaços para debates e encontros com os alunos, abertura para a recepção de grupos de activistas para a realização de palestras e realização de eventos culturais que ajudam a retenção da rapariga na escola. O quadro que se segue apresenta as estratégias usadas em cada um dos distritos.

QUADRO 6: ESTRATÉGIAS USADAS PELAS ESCOLAS PARA DESENCORAJAMENTO DAS UNIÕES PREMATURAS

Distrito	Estratégia usada
Cuamba	Palestras, debates em salas de aula e encontros com os alunos
Lago	Palestras nas concentrações, encontros com os pais e encarregados de educação
Lichinga	Sem dados
Mandimba	Grupo de activistas fazendo palestras com os alunos, divulgação da lei 19/2019 de 22 de Outubro, reunião com os pais e encarregados de educação
Mecanhelas	Palestras, acções de sensibilização aos alunos, pais e encarregados de educação e a comunidade escolar
Metarica	A escola tem promovido palestra com parceria do grupo geração Bizz
Ngauma	Jogar, dançar (como forma de reter os alunos muito tempo na escola)
Sanga	Palestras nas concentrações abordando temas, deste género e a criação de grupos culturais (peças teatrais) com os mesmos temas

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A avaliação feita pelos entrevistados sobre as práticas das uniões prematuras nos últimos 5 anos mostra uma tendência gradual de redução, situação verificada também pela redução dos índices de desistência das raparigas nas escolas. Essa redução poderá estar associada às acções de sensibilização promovidas pelas escolas e parceiros. Esta informação é sustentada por um dos entrevistados ao afirmar que:

> *Nos últimos cinco anos, tem-se verificado uma tendência de redução, embora ainda existam casos isolados. Essa diminuição está associada às acções de sensibilização promovidas pela escola e parceiros.*
> (Director de uma das escolas do distrito de Mecanhelas)

Apesar disso, as instituições dos distritos onde foi feito o estudo lamentam por não conhecerem os casos ligados as uniões prematuras que acontecem na comunidade, mas mesmo assim tem se registado um menor índice casos de gravidezes (um a dois casos por ano) o que é um bom sinal presumindo que casos deste género estão a ser mais controlados.

> *A escola informou que não tem presenciado casos directos de abandono escolar por causa de uniões prematuras. A frequência escolar é considerada elevada e há pouca desistência"* (Director de uma das escolas do distrito de Mecanhelas).

Contrariamente, questionado se se têm verificado desistências de alunas/alunos nas escolas, dos seis distritos que responderam, 4 afirmaram que sim, referindo que se tem se verificado desistências, mas que têm sido reduzidas, chegando a ser apenas uma por ano e que as mesmas acontecem predominantemente na 7ª e 8ª classes. Somente em 2 distritos foi referido que não há desistências.

Relativamente às acções que a escola tem levado a cabo para o combate às uniões prematuras, os entrevistados responderam:

> *Palestras, orientações nas reuniões de turma, sensibilização sobre a importância dos estudos e uso de exemplos de vida para mostrar os riscos do casamento precoce"* (Escola do distrito de Cuamba).

> *Sensibilizações junto dos alunos pais/encarregados tanto como o conselho da escola"* (Escola do distrito de Lago).

> *Além das palestras e sensibilizações, a escola trabalha em conjunto com profissionais de saúde, justiça e organizações da sociedade civil voltadas para a protecção da rapariga"* (Escola do distrito de Mecanhelas).

> *Palestras de sensibilização. Recebemos muitas equipas, que vem dar palestras na concentração"* (Escola do distrito de Ngauma).

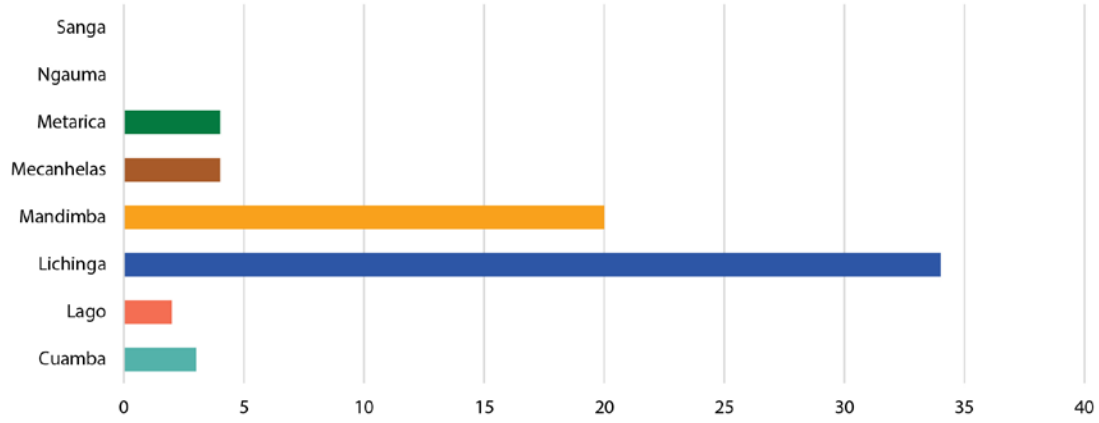
As escolas são unânimes em afirmar que as palestras nas concentrações[1] e na sala de aulas e as campanhas de sensibilização constituem os mecanismos usados para o combate às uniões prematuras. As direcções das escolas têm mantido encontros com a comunidade escolar para abordar questões ligadas às uniões prematuras nos encontros de abertura do ano lectivo, nas reuniões de divulgação de resultados escolares e em reuniões de pais e encarregados de educação e com outros actores, para debater o tema. Nesse caso, o conselho de escola tem sido um vector dos debates.

3.5.2. Ponto de situação das uniões prematuras na voz das instituições de Justiça

As instituições de justiça olham as uniões prematuras como sendo ainda preocupantes, pois, anualmente, aproximadamente 3 casos são julgados por estas práticas, existindo distritos com casos alarmantes, como o caso de Lichinga onde ocorreram 34 casos no útlimo ano (2024/2025), para além de outros casos de uniões que não têm sido reportados a título de exemplo, Ngauma e Sanga, não significando que não existem, mas possivelmente que não estão a ser sinalizados ou que não está a ser dada prioridade à temática. O gráfico 7, que se segue, apresenta os casos formalizados às instituições de justiça sobre as uniões prematuras.

[1] Momento em que todos os alunos e professores se concentram no átrio principal da escola, junto à Bandeira Nacional, para dar início ao dia escolar (incluí momento de entoação do Hino Nacional e de informações)

GRÁFICO 7: CASOS REGISTADOS POR ANO, POR DISTRITO



Fonte: Dados de instituições de Justiça (2025)

Com base nestes dados, houve necessidade de saber a opinião das instituições de justiça sobre o que a comunidade devia fazer para colaborar no combate as uniões prematuras. As respostas foram:

- *"As famílias deviam cuidar mais das crianças, entender que ter um lar exige maturidade. A base de tudo é a família, e ela precisa proteger os filhos para não caírem nisso"* (Instituições de Justiça, Cuamba).
- *"Penso que primeiro deve ser reproduzida a informação, as mensagens que as uniões prematuras são um mal na sociedade, desencorajar os menores, as menores e os adultos na sua prática e fazer chegar ao ministério público assim que possível. Educar as crianças a estudar mais. As comunidades devem escolher bons parceiros sobre esta matéria"* (Instituições de Justiça, Lago).
- *"Evitar, e acatar com as sensibilizações dadas pela procuradoria, nas palestras, reuniões comunitárias que fala sobre uniões prematuras devem evitar envolvimento desse mal, por isso sensibilizamos a camada juvenil"* (Instituições de Justiça, Lichinga).
- *"É importante entender que, para assumir um lar, é preciso maturidade. Cada família deve comprometer-se com o crescimento saudável das crianças. Afinal, a família é a base da sociedade e deve ser guardiã para evitar uniões prematuras"* (Instituições de Justiça, Mecanhelas).
- *"Denunciar estes casos. Sensibilizar as raparigas menores dando informação de que a atenção delas deve ser frequentar a escola. Durante a sensibilização deve-se mostrar as consequências ou prejuízos desta prática"* (Instituições de Justiça, Mandimba).
- *"Colaborar e denunciar os casos, limitar os ensinamentos nos ritos de iniciação"* (Instituições de Justiça, Metarica).
- *"Autoridades do bairro, secretários do bairro devem velar. Deviam ser os líderes comunitários a trazer os casos, porque eles conhecem melhor a população. Ainda há muito trabalho a ser feito. Como são incutidos nos ritos de iniciação, é por isso que não denunciam"* (Instituições de Justiça, Ngauma).
- *"Aplicar a lei e o cumprimento dos direitos das crianças e o governo deve trazer a perspectiva de nomadismo, que causa a falta de estrutura básica de Saúde (acesso a vacinas), falta de educação, e assistência de outros serviços"* (Instituições de Justiça, Sanga).

No mesmo ponto, procurou-se perceber se a legislação actual é suficiente para combater as uniões prematuras, ao qual os entrevistados foram unânimes em afirmar que sim. A lei é clara, mas apresentam-se algumas dificuldades na sua concretização por falta de alguns aspectos que deveriam ser seguidos e que não se denotam em Moçambique:

> *Sim, a lei é bem clara. Quando tem denúncia, as punições são fortes e acabam por desmotivar quem pensa em fazer isso"* (Instituições de Justiça, Cuamba).

> *A legislação não está mal por enquanto. Talvez haja má aplicação e eu não tenho dificuldades no seu manuseio"* (Instituições de Justiça, Lago).

> *É, porque estamos a combater usando essa legislação, dificuldades pode não faltar, porque se formos a ver o que consta na Lei n.º 19/2019, que aprova a lei das uniões prematuras, existem critérios que dificultam concretizar, nas situações das uniões prematuras resultar uma criança, estamos a falar de uma menina que tem 15 anos de idade, logo encontramos ai duas crianças, uma criança no colo de outras criança, a lei diz que a cessação desse tipo de relação em termos legais é obrigatória e a outra crianças deve ser levada ao centro de acolhimento, este onde o Estado Moçambicano ainda não criou, não tendo criado isso constitui um constrangimento para nós que aplicamos a lei, nós aplicadores da lei encontramos essas dificuldades, enquanto não se construir esses centros de acomodação daquelas crianças resultantes das uniões prematuras, para além da própria mãe que também é criança, depois da dissolução da uniões prematuras, em principio a criança deveria ser levado para onde este tinha saído mas mesmo que nós levando essa criança para lá logicamente ela vai procurar outro homem, então essa criança também carece de uma educação formal, que significa voltar a reintegrar na escola ou numa escola que estava estudar antes de se unir ou podemos procurar uma nova escola e enquadramos a criança e continua a estudar, em quando ela estuda a outra criança esta sendo quitado com aqueles gestores do centro de acolhimento, mas Moçambique não tem essa capacidade, logo que a criança volta e vira prostituta e até dizemos porque não lhe deixamos naquela mesma relação anterior"* (Instituições de Justiça, Lichinga).

> *A lei é clara. Quando há denúncia, as medidas previstas são severas e desencorajadoras"* (Instituições de Justiça, Mecanhelas).

> *Sim. Porque a lei tem artigos fortes que penalizam aos que não cumprem. De igual modo, prevê palestras de sensibilização junto as comunidades"* (Instituições de Justiça, Mandimba).

> *Suficiente sim, a lei é bastante abrangente. Temos todos o dever de denúncia. Como são muitas pessoas, dificulta a intervenção da procuradoria. A lei está bem feita. O assunto deve partir da comunidade, a pessoa deve ser da comunidade para sensibilização das raparigas/crianças. Tribunal comunitário não se faz sentir. Tribunal comunitário, eles fazem, mas da sua maneira, eles não têm conhecimento da norma, devem ser capacitados para saberem como devem tratar os assuntos"* (Instituições de Justiça, Ngauma).

> *Não é suficiente, porque a lei é implementada as pessoas sem base social, não respeitam os padrões de boa condição de vida e a estrutura social como a vigilância. Inserir a criança na sociedade, a terem hábitos de fazer o registo de nascimento"* (Instituições de Justiça, Sanga).

De forma geral, podemos afirmar que perpetuação das uniões prematuras não se deve à falta leis, mas sim, à falha na implementação efectiva, tal como expressa a Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social:

> *Temos a lei, mas como cidadão digo que temos uma fraqueza na aplicabilidade da lei. A lei diz que quando encontra as UPs temos que dissolver e quando a criança volta para o convívio familiar volta no mesmo ambiente, o que contribui para que as crianças voltem a se envolver. devíamos ter recursos para dar suporte e acompanhamento das crianças quando são encontradas em casos de UPs. Porque como consequência da dissolução sem condições, a criança acaba fazendo a prostituição infantil como forma de suprir as suas necessidades"* (DPGCAS).

Esse entendimento é, igualmente partilhado pela comunidade de Metarica:

> *É uma preocupação para todos, tem boas políticas, mas falta implementação para materializá-las."* (Comunidade de_Metarica).

Mas, as leis divulgadas "[…] *responsabilizam não só o homem que casa com menor, mas também os pais e líderes que consentem. Isso tem ajudado a reduzir os casos*." (Comunidade de Mecanhelas).

Para combater/prevenir as uniões prematuras nas comunidades, as instituições de justiça têm feito palestras nas escolas, realizadas por grupos multissectoriais, envolvendo o tribunal, a polícia e diversas associações e também têm realizado reuniões com líderes comunitários e religiosos. Outra actividade a que fazem menção é a definição de pontos focais nas comunidades e a divulgação de contactos para denúncias:

> *Temos feito palestras nas escolas e trabalhado em grupo com várias instituições — tribunal, polícia, associações, escolas e outros. A ideia é sempre mostrar que casar cedo não pode ser visto como solução"* (Instituições de Justiça, Cuamba).

> *Palestras, reuniões com líderes comunitários e religiosos, quando somos convidados nas acções do governo participamos de forma a contribuir no combate a este mal. Já realizei palestras em 4 escolas secundarias. Assim agendei também para EPC de Metangula, ESAM, Escola Secundaria de Seli, Escola Básica de Thungo para conversar com os alunos e a comunidade sobre esta matéria de modo às comunidades mudarem de atitudes"* (Instituições de Justiça, Lago).

> *Sensibilizar na sociedade em colaboração com outras instituições da administração da justiça como é o caso do IPAJ, a Policia da República, Gabinete de Atendimento, fazendo com que a comunidade acate aquilo que é a educação, passando também nas escolas primárias, básicas e secundarias, incutindo ideias positivas nas crianças, falando com os régulos, líderes comunitários, líderes religiosos, incluindo as matronas, assim também como a FOFeN, no sentido de reverter a situação das raparigas, estas se mantendo na carteira da escola, e nisto, a comunidade acata as ideias e isso faz com que o numero das uniões prematuras seja reduzida"* (Instituições de Justiça, Lichinga).



> *Uma das competências do Ministério Público, através da Procuradoria, é a proteção dos direitos da criança. Temos feito palestras em escolas e também lideramos o grupo de referência, que reúne várias instituições e projetos — como o comando, IPAS, tribunal, associações e escolas. Atuamos de forma conjunta para sensibilizar famílias e crianças, mostrando que a união prematura não deve ser vista como mecanismo de sobrevivência"* (Instituições de Justiça, Mecanhelas).

> *Palestras nas escolas, hospitais, igrejas e comunidades. Divulgação de contactos telefónicos para denúncias"* (Instituições de Justiça, Mandimba).

> *Sensibilização por meio de palestras e implantação de pontos focais"* (Instituições de Justiça, Metarica).

> *Palestras colaborativas com outras instituições. Dificuldade nas palestras é da língua, o nível de denúncia está muito baixo. Questão é mais cultural, focar muito mais nos ritos de iniciação. Objectivo é melhorar o que já foi feito não abolir"* (Instituições de Justiça, Ngaúma).

> *Palestras em parceria com mais instituições sociais, e junto dos líderes comunitários"* (Instituições de Justiça, Sanga).

Em síntese, a prevenção e o combate da prática das uniões prematuras é tarefa de todos e realização de eventos no seio da comunidade pode apoiar a diminuição desta prática.

3.5.3. Acções das Matriarcas para o combate das uniões prematuras

As Matriarcas têm desempenhado um papel fundamental na formação informal das raparigas para enfrentar a vida. Nesse contexto, quando entrevistadas sobre as práticas para desencorajar as uniões prematuras responderam nos seguintes termos:

> *Aconselho sempre as famílias, falo com as meninas sobre os riscos e tento mostrar que elas precisam se preparar antes de casar"* (entrevista com matriarca do Distrito de Cuamba).

> *Ensinamos respeito em casa com os mais velhos, advertimos sobre casamentos com idade menor e advertimos também sobre prostituição"* (entrevista com matriarca do Distrito de Lago).

> *Dêmos conselhos de que o facto de estar aqui não significa estar pronto(a) para casar"* (entrevista com matriarca do Distrito de Mecanhelas).

> *Sensibilizar sobre o melhor modo de vida. As matriarcas educam as crianças como tratar os mais velhos, manter o respeito pelos pais e que se esforcem na realização de actividades domésticas. Incentiva-as a irem à escola e não terem a pressa para se casar"* (entrevista com matriarca do distrito de Mandimba).

Sobre o documento orientador de combate às uniões prematuras, todas as matriarcas foram unânimes em afirmar que não o conhecem, o que é uma prova do desalinhamento dos ensinamentos com as acções governamentais do combate a estas práticas. Com isso, há necessidade de divulgação ampla dos documentos orientadores por forma a que haja abrangência e uma capacitação a todas as matriarcas.

Embora a maioria das matriarcas entrevistadas afirmem que têm trabalhado com algumas instituições, nenhuma mencionou as instituições governamentais, mas forma mencionadas sempre as organizações de sociedade civil, régulos e Associação de Médicos Tradicionais de Moçambique.

3.5.4. Papel das OSC para o combate das uniões prematuras

Quando perguntado o papel das organizações da sociedade civil para o desencorajamento das práticas de uniões prematuras afirmaram que têm feito palestras:

> *A sociedade civil tem um papel crucial: realiza palestras, encontros, debates, sensibilização e aproxima os cidadãos dos processos de decisão social, promovendo mudanças de comportamento"* (OSC do distrito de Cuamba).

> *Primeira coisa, nós somos uma organização composta por grupo porque é uma organização de base comunitária. Neste caso a associação renascer a vida é uma associação que esta implementar o projecto Viva Mais no distrito em parceria com a FDC, então, a FDC tem suas equipes aqui no distrito neste caso temos activistas que fazem palestras na comunidade com as mesmas raparigas a desencorajar, que isso tem suas consequências lá no futuro, e temos uma equipe de homens chamado de mentores onde os mesmos aconselham homens iguais a desencorajar… que existe um procedimento… quando você se une com uma menor de idade existem instrumentos legais onde você será alinhado depois de você ter cometido esse tipo de crime, porque isso é crime! Nesse todo grupo existe a figura de Paralegal que actua na área de direitos Humanos onde com que basta detectarmos esse tipo de praticas encaminhamos nas instituições competentes como procuradoria da República para o seu devido alinhamento através do instrumento legal".* (OSC do distrito de Lago).

> *É divulgar as leis a nível das comunidades. Que existe essa lei que proíbe as uniões prematuras, se vocês estiverem a violar é crime… até podem entrar na cadeia, mesmo que seja seu filho ou filha. Sensibilização com as mães para que elas possam proteger suas filhas, mesmo que os seus maridos digam que essas suas filhas devem casar elas devem desencoraja-los, não tem idade pra casar, deve estudar, vamos apoiar, mesmo que ela engravida vamos apoiar a ela, vamos continuar a viver com ela, mesmo que seja p'ra criarmos a criança. Palestras sem discriminar os homens porque todos precisam destas informações, e explicamos as desvantagens da União prematura, as consequências das uniões prematuras para eles estarem conscientes daquilo que estão a fazer"* (OSC do distrito de Lichinga).

> *O papel da sociedade civil tem sido sobretudo de sensibilização, através de encontros, palestras e acções de consciencialização sobre os perigos das uniões prematuras"* (OSC do distrito de Mecanhelas).

> *Sensibilizar as comunidades em modos de palestras junto aos chefes informais e líderes comunitários. Levar a barra da justiça os que cometem esta infração"* (OSC do distrito de Mandimba).

> *Palestras, debates radiofónicos"* (OSC do distrito de Metarica).

> *Realização de palestras"* (OSC do distrito de Ngaúma).

> *Palestras em brigadas mistas"* (OSC do distrito de Sanga).

> *Sensibilização das comunidades, disseminando as mensagens contra as uniões prematuras. Usando todas as formas de comunicação: teatro, rádios comunitárias, distribuição de folhetos, música, entre outras. E a retenção da rapariga na escola, esse é o nosso maior papel e que já se tem um feedback bom. Como desafio é a falta de acompanhamento (dar o material escolar)"* (OSC-ACABE)

> *Temos feitos capacitação em lideranças comunitárias, debates, seminários, coordenação com outros parceiros como Geração Bizz, escolas em matéria de sensibilização e acompanhamento directo com aquelas que vão às unidades sanitárias, porque há casos de UPs que culminam com contaminação de doenças e precisam de acompanhamento"* (DPGCAS).

Como é notório os entrevistados apresentam um mesmo denominador comum no que concerne a ações promovidas: a realização de palestras. Como forma de perceber o diferencial que as organizações podem desempenhar no combate as uniões prematuras afirmaram que:

> *Devem unir esforços, articular-se entre si e transmitir mensagens coesas e consistentes para desencorajar as uniões prematuras"* (OSC do distrito de Cuamba).

> *Muita informação das OSC temos as igrejas e mesquitas lá seria um local onde as pessoas poderiam dar muita informação fazendo propaganda que isso é crime e a lei moçambicana não aprovou que menor de idade pode se casar… a lei moçambicana prova que só unem-se maritalmente maiores de 18 anos de idade"* (OSC do distrito de Lago).

> *Nós temos procurado desenhar projectos com componentes ligados ao VPG mas também nunca deixamos de lado a uniões prematuras, temos tido a componente de apoio com material escolar, pastas, uniformes, realizar sessões nas escolas para apoiar as meninas que não tem condições de estudar e falar com as raparigas e os rapazes nas escolas sobre as desvantagens e consequências das uniões prematuras. Explicamos para as meninas que não tem esperança que estudar não é só pra conseguirem emprego mas também pra ter conhecimento"* (OSC do distrito de Lichinga).

> *Deveriam reforçar a colaboração entre si, agir de forma coordenada e contínua e não apenas deixar a responsabilidade para uma única organização. Também deveriam intervir de imediato quando souberem de casos de uniões de menores"* (OSC do distrito de Mecanhelas).

> *Alcançar as zonas recônditas para a divulgação das medidas de prevenção e combate as uniões prematuras. Realização de palestras"* (OSC do distrito de Mandimba).

> *Encontrar recursos e parceiros que trabalham em matéria de prevenção e combate as uniões prematuras para sensibilizar as comunidades das zonas mais distantes... procurar saber as actividades que são realizadas nos ritos de iniciação… sensibilizar os líderes sobre a idade de submissão das crianças nos ritos de iniciação que deve ser de 18 ou mais anos"* (OSC do distrito de Metarica).

> *Mais palestras, divulgação de temas e responsabilização criminal"* (OSC do distrito de Ngaúma).

> *Trabalho continuo de sensibilização as comunidades a fazerem denúncias desses actos maliciosos"* (OSC de Sanga).

Além das palestras de sensibilização, uma organização da sociedade civil afirma:

> *Que se garantam apoios significativos para negócios ou para retenção da rapariga na escola"* (OSC-ACABE).

Apesar de importante papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil no combate as uniões prematuras, vale lembrar que esta responsabilidade é de todos nós, incluindo a: *"[…]sociedade civil e o governo"* (DPGCAS).

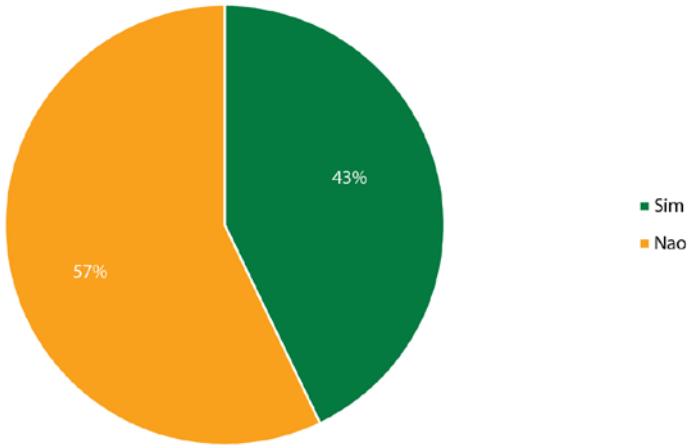
Em relação à existência ou não de memorandos que as organizações da sociedade civil firmaram com outras instituições, foi notório que a maioria dos distritos da província não os tem, o que significa que as instituições podem estar a trabalhar informalmente a nível local, não havendo evidências de protocolos oficiais que orientam actividades colaborativas para o cumprimento das metas desejadas.

Neste contexto, mesmo as Organizações da Sociedade Civil que afirmaram ter um memorando, aquando das suas justificações, não mostraram evidencias de acções colaborativas como fruto do memorando. Contudo, a organização da sociedade civil ACABE afirma que assinou os memorandos de entendimento com *"RDPI, Observatório da mulher e ROSC, Serviços Distritais"* (OSC-ACABE). Já a Direcção Provincial da Mulher e Acção Social declarou que tem memorando de entendimento assinados com a *"FEC, ACABE, UMI, MAZI"* (DPGCAS).

De salientar que as parcerias estabelecidas entre a DPGCAS e organizações da sociedade civil que operam na província do Niassa têm impactado positivamente na vida da comunidade, porque: "[…] *verifica-se fraca desistência das raparigas*" (DPGCAS).

O gráfico que se segue, ilustra as respostas dicotómicas sobre o nível de assinatura de memorandos com outras instituições.

GRÁFICO 8: MEMORANDOS ASSINADOS ENTRE AS OSC E OUTRAS INSTITUIÇÕES



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O gráfico mostra que 57% das OSC que participaram do estudo a nível da província do Niassa, não tem memorando assinados com outras Instituições para o combate as Uniões prematuras e 43% afirmaram ter.

Para as Organizações que afirmaram a existência de memorandos assinados, justificam que:

> *Sim. O principal instrumento é a Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, conjugada com o artigo 52.º da Constituição da República, que garante espaço para actuação da sociedade civil".*

> *Sim, trabalhamos em parcerias com o governo… diferentes instituições como é o caso da Procuradoria da República".*

> *Há um memorando (código de conduta), sim. Tem produzido efeitos, pois tem reduzido a prática de uniões prematuras"*

A existência de memorando ajuda a compreender a rede de trabalho formal entre instituições locais, apesar de não ser um único meio de colaboração.

3.5.5. Intervenção da comunidade (Pais e Mães) no combate das uniões prematuras

A avaliação feita às respostas dadas pelos pais e mães acerca da sua intervenção para o combate às uniões prematuras apresenta um consenso, afirmando a maioria que a conversa é a chave e que é o que tem sido feito. Mesmo afirmando que existe diálogo sobre o tema, uma parte dos pais refere que os seus filhos não acatam os seus conselhos, chegando a discutir com os pais, e que isso acontece principalmente com as raparigas. À questão sobre que conselhos têm dado aos seus filhos e outras crianças para prevenir as uniões prematuras na sua comunidade, responderam nos seguintes termos:

> *A gente sempre fala que casar antes da hora faz mal, porque o corpo ainda não está pronto pra ter filho e pode ter algumas complicações na hora do parto que pode levá-los à morte"* (entrevistados da comunidade de Cuamba).

> *Ela dá conselhos para não se casar rápido, mas as crianças de hoje não dão ouvidos e acabam se casando com 18 anos de idade"* (comunidade de Lago).

> *As crianças são informadas. Explicamos que casamento antes de ter a idade certa, traz consigo alguns problemas, pois o organismo ainda não está preparado para conceber, e pode levar a morte. Algumas até inventam dizendo que vão fazer trabalhos da escola e meia volta estão com os namorados. Peran-*

te os conselhos dados as raparigas, elas chegam a levantar a voz, insultando-nos deliberadamente" (comunidade de Mecanhelas).

> *Educo e ensino aos meus filhos no sentido de mostrar a desvantagem de se casar mais cedo. Podem ter doenças e gravidez precoce. Recomendo se casem com 18 ou mais anos. Não submeto nos ritos de iniciação enquanto forem menores e faço com que se unem quando atingirem idade maior. Digo que quando se engravidarem saírão na minha casa e irá morar com o rapaz que a engravidou"* (comunidade de Mandimba).

> *Mandar sentar, informar para deixar de brincar mal. Existem outras famílias que as mães aconselham meninas e os pais os meninos. Vivia com uma menina, mas quando foi passar ferias em casa da mãe, a mãe vendo o desenvolvimento físico da filha, exigiu casar, alegando-se que se a mama cair ninguém vai te casar"* (comunidade de Ngauma).

Para além das estratégias de combate as uniões propostas pelos pais e/ou encarregados de educação, a Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social acrescenta o seguinte:

> *A denúncia, os comités comunitários, passam as informações ao líder comunitário para sensibilizar a comunidade, através de encontros directos, ou rádios comunitários"* (DPGCAS).

E, igualmente, deve-se *"continuar a sensibilizar a população, porque o futuro da menina está comprometido, o analfabetismo vai aumentando, a pobreza vai aumentando."* (Comunidade de Ngauma). Daí que as *"meninas precisam estudar e se preparar para a vida. Casar cedo atrapalha o futuro delas e da comunidade."* (Comunidade de Cuamba).

Com o objectivo de saber a idade considerada aceitável para os casamentos, a comunidade é unânime que só a partir dos 18 anos é que se pode casar, apresentando pequenas variações para 19, 20 anos. Somente o Distrito de Ngaúma é que considera 17 anos para a mulheres e 20 anos para os homens como as idades legítimas para casar, mostrando claramente o desconhecimento da lei, o que faz com que ainda exista dificuldade no seu cumprimento. Com isso, verifica-se não só a necessidade de aplicar a lei, como também a de a tornar do domínio das comunidades.

Questionados se o governo tem feito algumas actividades naquelas comunidades com o objectivo de combater as uniões prematuras, responderam que:

> *O Governo vem falar com a comunidade, sensibilizando-nos a não praticar estes actos. Criam grupos que ajudam a passar a mensagem e quando os pais aceitam que os filhos casem cedo…o governo já começou a punir"* (comunidade do distrito de Cuamba).

> *O governo dirige-se as comunidades e forma pessoas, comités, para que elas transmitam a mensagem para os demais. Ensinam as nossas raparigas que não podem casar antes da idade, e temos alguns projectos chamados "Ela pertence a Escola, e a Estamos. O governo também tem sancionado os pais que, em algum momento, tendem a aceitar estes acontecimentos com os seus filhos"* (comunidade do distrito de Mecanhelas).

Entretanto, as comunidades dos distritos de Ngaúma e de Lago afirmaram que os seus governos distritais não promovem eventos que visam combater a prática de uniões prematuras, tal como se pode testemunhar:

> *O governo não promove actividades de modo a combater uniões prematuras"* (Comunidade do distrito de Ngaúma).

> *Não vem nada apenas o governo esta a incentivar com os métodos contraceptivos"* (comunidade do distrito de Lago).

De forma geral, as comunidades não foram unânimes em relação às actividades desenvolvidas pelos governos distritais para fazer face às uniões prematuras pelo que se denota uma coerência nas ações realizadas, ainda que aparentem ser insuficientes.



CONCLUSÃO

A avaliação feita às intervenções dos diferentes actores da sociedade que participaram do estudo, acerca desta prática a nível da Província de Niassa, leva-nos a concluir que existem focos dessa prática a nível da província e que a maior causa apontada é o índice da pobreza que assola as famílias. Outra causa é o analfabetismo de uma parte da população da província de Niassa. Em terceira instância, os participantes apontam como uma das causas os aspectos culturais e familiares que incitam, de algum modo, as crianças que participam em rituais de iniciação (unhago) a aprender conteúdos desadequados à sua idade e que as incentiva à experimentação de práticas sexuais. Na sequência do estudo, foi também notória a insuficiência de sinergia entre o governo e as comunidades, uma vez que a prática de ritos de iniciação em período lectivo é contestada pelas autoridades governamentais, mas essa contestação não surte efeito, nem é do domínio dos pais e/ou encarregados de educação, nem das matriarcas, fazendo com que a atropelem, sem conhecimento das possíveis consequências para as crianças, a longo ou a curto prazo.

As principais estratégias usadas para a prevenção da prática das uniões prematuras são as palestras e em alguns casos as reuniões, tendo como principal alvo os alunos e os pais e/ou encarregados de educação. Estes encontros são realizados maioritariamente nas escolas, pelas instituições de justiça e as organizações da sociedade civil.

Na sequência dos dados obtidos, deixam-se algumas recomendações que poderão apoiar a prevenção e diminuição das Uniões Prematuras na província.



RECOMENDAÇÕES

- Há a necessidade de um trabalho conjunto entre o governo, a comunidade e a sociedade civil para a divulgação da lei, evitando que esta seja encarada como um fator punitivo, mas que sirva para a prevenção de práticas nocivas à rapariga;
- É importante que haja, a nível da comunidade iniciativas para o desenvolvimento de actividades de pequenos negócios que possam conferir uma autonomia familiar no sustento dos seus filhos e nas necessidades básicas escolares;
- A recolha e tratamento de dados permanente, relativos aos direitos da rapariga, as uniões prematuras, às gravidezes precoces e à Violência baseada no Género, no geral, são imprescindíveis para analisar tendências ao longo do tempo e operar com base em evidência;
- Tendo em conta que os ritos de iniciação fazem parte da herança cultural de um povo, é importante mantê-los e repensar a sua prática dialogando-se com as matronas e os mestres sobre os conteúdos, a metodologia e finalidades, na tentativa de garantir o bem-estar das crianças e em especial da Rapariga. Por outro lado, os conteúdos dos ritos de iniciação devem ser transmitidos de acordo com as fases de desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens. Para além de tentar reduzir a exposição de crianças pequenas a práticas nocivas seria ideal que o calendário das práticas não interferisse com o calendário escolar, pelo que se deve negociar com a comunidade sobre o período em que os ritos decorrem de modo a não prejudicar a educação formal;
- Estudos desta natureza e sobre as consequências das uniões prematuras devem servir de temas de debate a nível das escolas, universidades, sociedade civil, governo e comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bassiano, V. (n.d.). *CASAMENTOS PREMATUROS EM MOÇAMBIQUE : CAUSAS E*. 1–16.

Binze, A. D. (2022). Práticas culturais e escolarização de mulheres em Moçambique: Um caminho para ressignificação dos ritos de iniciação. Tese, USP, SP.

Bruna, N., & Tovele, A. (2025). *NIASSA : DE TERRA ESQUECIDA Á HOSPEDEIRA DE CORRIDA PREDADORA E SILENCIOSA AOS RECURSOS NATURAIS*.

Chalenga, D. R. M., Guiraguira, V. M. J., Napapacha, V. de M. L., & Nunes, C. P. (2024). *Eduacao em Mocambique: tendências de formação de professores de ciências Naturais e Matematica. 9*, 1–23.

Colonna, E. (2022). "A pessoa ter dezanove para lá não prejudica": O casamento prematuro na perspectiva de crianças e adolescentes em Moçambique. *Zero-a-Seis, 24*(Especial), 1756–1773. https://doi.org/10.5007/1980-4512.2022.e88135

Gonçalves, A. B., & Pedro, N. (2023). Adaptação e validação do conteúdo da escala de utilização das tecnologias digitais na gestão escolar. *Research, Society and Development, 12*(4), e12012441043. https://doi.org/10.33448/rsd-v12i4.41043.

Ovewumi, O. (1997). *The invention of women: Making an African sense of Western gender discourses*. University of Minnesota Press.

Raymundo, V. P. (2009). Construção e validação de instrumentos: um desafio para a psicolinguística. *Letras de Hoje, 44*(3), 86–93.

Santos, M. G. O., Gaydeczka, B., & Malpass, A. C. G. (2023). *Elaboração e validação de instrumento avaliativo dos grupos do programa de educação tutorial*. 1–16.

Selemane, T. (2019). O impacto das uniões prematuras na educação, saúde e nutrição em Moçambique. *Fórum Da Sociedade Civil Para Os Direitos Da Criança*. https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/2021-04/O-impacto-das-unioes-prematuras-na-educacao--saude-e-nutricao---FINAL_28Junho2019.pdf

APÊNDICES

Campus Universitário de Nangala, Tel.: 27121520, Fax: 27128928, Caixa Postal n.o4; - Lichinga
Departamento de Pesquisa, Extensão e Inovação

A presente entrevista foi elaborada com objectivo de compreender a participação do governo do distrito na formulação da Estratégia de Prevenção contra as uniões prematuras. Os dados recolhidos serão apenas direccionados para fins do estudo.

APÊNDICE 1: Questionário para o Governo do distrito

I. Perfil dos participantes

Função: _____

Nome (facultativo): _____

Idade: _____

Sexo: _____

Profissão: _____

Estado Civil: _____

Distrito: _____

Posto administrativo/localidade: _____

Entrevistador: _____

Transcritor: _____

Data da entrevista: _____

Duração da entrevista _____

II. Dimensão Socio-Cultural

1. As uniões prematuras tem sido destaque nos últimos anos em Moçambique. Acredita que são um problema para o distrito?
   1.1. Caso sim, quais são os problemas e suas consequências?
   1.2. Qual é a faixa etária que mais se verificam as uniões prematuras?
2. Quais os grupos étnicos presentes no Distrito?
   2.1. Acha que os grupos étnicos influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
   2.2. Acha que os ritos de iniciação influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
3. Quais as confissões religiosas presentes no distrito?
   3.1. Acha que as confissões religiosas influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
4. Na sua opinião quais são as outras causas das uniões prematuras neste distrito?
5. Qual tem sido o papel do governo para o desencorajamento das uniões prematuras?
   5.1. Que actividades o governo local tem levado a cabo para o combate das uniões prematuras? (de acordo com a realidade social, cultural e económica do Niassa)
6. Como o governo acha que a sociedade pode contribuir para o empoderamento da raparigas e mulheres?
7. Considera eficazes as políticas adoptadas pelo governo para o combate as uniões prematuras?
8. Existe algum memorando assinado com alguma instituição para o combate de uniões prematuras no distrito? Pode partilhar com a equipa?
9. Gostaria de acrescentar algo relacionado com as uniões prematuras?

Fim!

Campus Universitário de Nangala, Tel.: 27121520, Fax: 27128928, Caixa Postal n.o4; - Lichinga
Departamento de Pesquisa, Extensão e Inovação

A presente entrevista foi elaborada com objectivo de compreender a participação do governo do distrito na formulação da Estratégia de Prevenção contra as uniões prematuras. Os dados recolhidos serão apenas direccionados para fins do estudo.

APÊNDICE 2: Questionário para Procuradores/Juízes/Gabinete de atendimento as famílias e menores vítima de violência

Função:

Nome (facultativo):

Idade:

Sexo:

Profissão:

Estado Civil:

Distrito:

Posto administrativo/localidade:

Entrevistador:

Transcritor:

Data da entrevista:

Duração da entrevista

1. Acredita que uniões prematuras são um problema para o distrito?
2. Como as uniões prematuras afectam/influencia no empoderamento das raparigas e mulheres?
3. Qual é a faixa etária que mais se verificam as uniões prematuras?
4. Quantos casos regista/resolve por ano?
5. Quais tem sido as principais causas das uniões prematuras?
   5.1 Acha que os ritos de iniciação influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
6. Qual tem sido o retorno da comunidade no combate as uniões prematuras?
7. Na sua opinião, o quê a comunidade devia fazer para colaborar no combate as uniões prematuras?
8. A legislação actual é suficiente para combater as uniões prematuras? (Em que medida…)
9. Que actividades têm sido realizadas para combater as uniões prematuras nas comunidades?
10. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre uniões prematuras?

Fim!

Campus Universitário de Nangala, Tel.: 27121520, Fax: 27128928, Caixa Postal n.o4; - Lichinga
Departamento de Pesquisa, Extensão e Inovação

A presente entrevista foi elaborada com objectivo de compreender a participação do governo do distrito na formulação da Estratégia de Prevenção contra as uniões prematuras. Os dados recolhidos serão apenas direccionados para fins do estudo.

APÊNDICE 3: Questionário para Líderes comunitários

Função: _____

Nome (facultativo): _____

Idade: _____

Sexo: _____

Profissão: _____

Estado Civil: _____

Distrito: _____

Posto administrativo/localidade: _____

Entrevistador: _____

Transcritor: _____

Data da entrevista: _____

Duração da entrevista _____

1. Quais são os grupos de línguas presentes no distrito?
2. Quais são as confissões religiosas presentes no distrito?
3. Acredita que as uniões prematuras são um problema na sua comunidade?
   3.1. Acha que os grupos de língua influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
   3.2. Acha que as confissões religiosas influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
   3.3. Acha que os ritos de iniciação influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
4. Na sua opinião, a partir de que idade a mulher pode se casar, ou estar pronta para o casamento?
1. Qual é o tipo de uniões prematuras mais frequente nesta região?
   A. Entre menores
   B. Mulher menor e homem adulto
   C. Homem menor e mulher adulta
5. Quais são as causas que contribuem para as uniões prematuras?
6. Tem resolvido problemas relacionados com as uniões prematuras?
   6.1. Se respondeu sim, como tem resolvido?
   6.2. Para resolver os casos, tem se orientado com alguma documentação? Poderá partilhar?
   6.3. Qual tem sido resultado dessa resolução?
7. Quantos casos resolve por ano?
8. Como líder o que tem feito para desencorajar essas práticas de uniões prematuras?
9. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa relacionado com as uniões prematuras?

Fim!

Campus Universitário de Nangala, Tel.: 27121520, Fax: 27128928, Caixa Postal n.o4; - Lichinga
Departamento de Pesquisa, Extensão e Inovação

A presente entrevista foi elaborada com objectivo de compreender a participação do governo do distrito na formulação da Estratégia de Prevenção contra as uniões prematuras. Os dados recolhidos serão apenas direccionados para fins do estudo.

APÊNDICE 4: Questionário para matriarcas responsáveis pelos ritos de iniciação

Função: _____

Nome (facultativo): _____

Idade: _____

Sexo: _____

Profissão: _____

Estado Civil: _____

Distrito: _____

Posto administrativo/localidade: _____

Entrevistador: _____

Transcritor: _____

Data da entrevista: _____

Duração da entrevista _____

1. Há quanto tempo exerce este papel na sociedade?
2. Acredita que as uniões prematuras são um problema na sua comunidade?
   2.1. Acha que os ritos de iniciação influenciam nas uniões prematuras? De que forma?
   2.2. Acha que as confissões religiosas influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
   2.3. Acha que os grupos de língua influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
3. Qual tem sido a idade das raparigas que entram para os ritos de iniciação?
4. Considera que todas as raparigas que passam pelos ritos de iniciação estão prontas para o casamento?
5. Na sua opinião, a partir de que idade a mulher pode se casar, ou estar pronta para o casamento?
6. Na sua opinião quais são as causas das uniões prematuras nesta comunidade?
7. No desempenho das suas actividades de matriarca o que tem feito para desencorajar as uniões prematuras?
8. Conhece algum documento de orientação de combate as uniões prematuras? se sim, qual?
9. Tem trabalhado com alguma instituições para a promoção do combate as uniões prematuras durante os ritos de iniciação? Qual? Pode nos contar um pouco?
10. Qual tem sido o comportamento das meninas após concluído o processo dos ritos?
11. Gostaria de acrescentar algo relacionado com as uniões prematuras?

Fim!

Campus Universitário de Nangala, Tel.: 27121520, Fax: 27128928, Caixa Postal n.o4; - Lichinga
Departamento de Pesquisa, Extensão e Inovação

A presente entrevista foi elaborada com objectivo de compreender a participação do governo do distrito na formulação da Estratégia de Prevenção contra as uniões prematuras. Os dados recolhidos serão apenas direccionados para fins do estudo.

APÊNDICE 5: Questionário para Organizações da Sociedade Civil

Função: _____

Nome (facultativo): _____

Idade: _____

Sexo: _____

Profissão: _____

Estado Civil: _____

Distrito: _____

Posto administrativo/localidade: _____

Entrevistador: _____

Transcritor: _____

Data da entrevista: _____

Duração da entrevista _____

1. Na sua opinião, as uniões prematuras são um problema relevante na sua comunidade?
2. Quais os grupos étnicos presentes no Distrito?
   2.1. Acha que as práticas culturais de alguns grupos étnicos influenciam nas uniões prematuras nesta comunidade? (poderia explicar de que forma?)
3. Há prática de ritos de iniciação nesta comunidade? (se não, passe para a pergunta 4)
   3.1. Acha que os ritos de iniciação influenciam nas uniões prematuras na comunidade? (se sim, como?)
4. Quais as confissões religiosas presentes no distrito?
   4.1 Acha que as confissões religiosas influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
5. Na sua opinião quais são as outras causas das uniões prematuras nas comunidades?
6. Qual é o tipo de uniões prematuras mais frequente nesta região?
   A. Entre menores
   B. Mulher menor e homem adulto
   C. Homem menor e mulher adulta
7. Qual tem sido o papel da sociedade civil para o desencorajamento das práticas de uniões prematuras?
8. O que as organizações da sociedade civil poderiam fazer melhor para combater uniões prematuras?
9. Existe algum memorando assinado com organizações para o combate as uniões prematuras? Pode nos partilhar?
   9.1 Acha que essas parcerias estão a produzir resultados na comunidade? Como?
10. Gostaria de acrescentar algo relacionado com as uniões prematuras?

Fim!

Campus Universitário de Nangala, Tel.: 27121520, Fax: 27128928, Caixa Postal n.o4; - Lichinga
Departamento de Pesquisa, Extensão e Inovação

A presente entrevista foi elaborada com objectivo de compreender a participação do governo do distrito na formulação da Estratégia de Prevenção contra as uniões prematuras. Os dados recolhidos serão apenas direccionados para fins do estudo.

APÊNDICE 6: Questionário para Comunidade(pais/mães)

Função: _____

Nome (facultativo): _____

Idade: _____

Sexo: _____

Profissão: _____

Estado Civil: _____

Distrito: _____

Posto administrativo/localidade: _____

Entrevistador: _____

Transcritor: _____

Data da entrevista: _____

Duração da entrevista _____

1. Acredita que as uniões prematuras são um problema na sua comunidade?
2. Quais os grupos de línguas presentes na vossa comunidade?
   2.1. Acha que os grupos de língua influencia nas uniões prematuras? (se sim, como?)
   2. 2. A partir de que idade é que as pessoas se casam na vossa comunidade?
3. Quais as confissões religiosas presentes na comunidade?
   3.1. Acha que as confissões religiosas influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
4. Quais são as práticas culturais que tem influenciado as uniões prematuras?
5. Que conselhos tem dado aos seus filhos e outras crianças para prevenir as uniões prematuras nesta sua comunidade?
6. Qual seria a idade que pode se considerar aceitável para o casamento, na sua opinião?
7. Quais são as actividades que o governo do distrito tem feito nesta comunidade para o combate a uniões prematuras?
8. Existem outras actividades que vocês têm feito com as crianças para desencorajar as uniões prematuras?
9. Gostaria de acrescentar algo relacionado com as uniões prematuras?

Fim!

Campus Universitário de Nangala, Tel.: 27121520, Fax: 27128928, Caixa Postal n.o4; - Lichinga
Departamento de Pesquisa, Extensão e Inovação

A presente entrevista foi elaborada com objectivo de compreender a participação do governo do distrito na formulação da Estratégia de Prevenção contra as uniões prematuras. Os dados recolhidos serão apenas direccionados para fins do estudo.

APÊNDICE 7: Questionário para as Escolas

Função: _____

Nome (facultativo): _____

Idade: _____

Sexo: _____

Profissão: _____

Estado Civil: _____

Distrito: _____

Posto administrativo/localidade: _____

Entrevistador: _____

Transcritor: _____

Data da entrevista: _____

Duração da entrevista _____

1. Que implicações as uniões prematuras causam à escola?
2. Quais os grupos étnicos presentes na comunidade?
   a. Acha que os grupos étnicos influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
   b. Acha que os ritos de iniciação influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
3. Quais as confissões religiosas presentes na comunidade?
   a. Acha que as confissões religiosas influenciam nas uniões prematuras? (se sim, como?)
4. Como é que os grupos étnicos e as confissões religiosas influenciam no combate das uniões prematuras
5. Acredita que as uniões prematuras são um problema na sua comunidade onde a escola está inserida?
6. Qual é o tipo de uniões prematuras mais frequente nesta região?
   A. Entre menores
   B. Mulher menor com homem adulto
   C. Homem menor com mulher adulta
7. O que a escola tem feito para o desencorajamento das práticas de uniões prematuras?
8. Como avalia esta prática das uniões prematuras nos últimos 5 anos?
9. A escola tem presenciado esses casos? Pode nos fornecer alguns dados?
10. Tem se verificado desistências das alunas/alunos nesta escola?
    a. Em que classes tem se verificado e com que frequência?
11. Que acções a escola tem levado a cabo para o combate das uniões prematuras?
12. A direcção da escola tem mantido encontro com a comunidade escolar para abordar questões ligadas às uniões prematuras? Se sim, como fazem?
13. Quais são os mecanismos usados a nível da escola para combater as uniões prematuros a luz da realidade da comunidade?
    a. Qual tem sido o retorno?
14. Que documentos orientadores servem de base no combate às uniões prematuras? Pode nos partilhar?
15. A escola tem algum memorando firmado para o combate as uniões prematuras? pode nos fornecer uma cópia?
16. Gostaria de acrescentar algo relacionado com as uniões prematuras?

Fim!

